



COMUNICAÇÃO
E
SOCIOLOGIA

JACOB (J.) LUMIER

Indicações para Ficha catalográfica

Lumier, Jacob (J) [1948]:

"Comunicação e Sociologia" – Artigos Críticos

Internet, E-book monográfico, versão pdf, Setembro 2010,
107 págs.

Coletânea de artigos – com notas, bibliografia e índice analítico eletrônico (sumário)

Publicação do Websitio Produção Leituras do Século XX –
PLSV: Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>



1. Comunicação Social. 2. Teoria Sociológica

I. Título.

ISBN



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV: Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

COMUNICAÇÃO E SOCIOLOGIA

Artigos Críticos

Por



Jacob (J.) Lumier



Website Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Rio de Janeiro, Setembro de 2010



Website Produção Leituras do Século XX – PLSV: Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>



Apresentação

O sociólogo desempenha uma profissão regulamentada que contempla o ensino, a pesquisa e o serviço prestado aos programas sociais, às empresas ou às ONGs.

Os fundadores desta disciplina ensinaram o interesse das **questões públicas** dimensionando-as como indispensáveis para compreender a consciência coletiva, cuja extensão não cessa de crescer na era da globalização e das técnicas de informação e comunicação.

A sociologia é uma profissão e uma disciplina científica e pode ser assim dupla em virtude de sua **mirada pró-ativação**. Daí a demanda por um ensino crítico, já que a teoria sociológica é determinista ou explicativa e não se funda em axiomas nem é subordinada às doutrinas filosóficas ou jurídicas.

Nos artigos aqui reunidos são reafirmados e desenvolvidos além da mirada crítica, os postulados realistas básicos de que: (a) nenhuma comunicação pode ter lugar sem o psiquismo coletivo; (b) todo o conhecimento é comunicável mediante os mais diversos símbolos sociais; (c) a língua não é senão um meio para reforçar a interpenetração e a participação em um todo.

Categorias:

Comunicação social, pluralismo, indústria cultural, teoria sociológica, dialética, determinismos sociais, psicologia coletiva, sociologia do conhecimento, sociologia da vida moral, Durkheim, Gurvitch.



Comunicação e Sociologia
Jacob (J.) Lumier

Epígrafe

SOB A INFLUÊNCIA DO IMPRESSIONANTE
DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS DE COMUNICA-
ÇÃO PASSAMOS NUM ABRIR E FECHAR DE OLHOS
PELOS DIFERENTES TEMPOS E ESCALAS DE TEMPOS
INERENTES ÀS CIVILIZAÇÕES, NAÇÕES, TIPOS DE
SOCIEDADES E GRUPOS VARIADOS.

Georges Gurvitch – Sociólogo
(o incentivador da nova sociologia do conhecimento)
Em 1957



Sumário

▶ Artigo: Indivíduo e Sociedade.....	9
▶ Artigo: Notas sobre criação de identidades particulares	22
▶ Artigo: A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento	36
Utilitarismo e Internet	39
Sistemas Cognitivos e Quadros Sociais	53
Proposições em destaque no texto.....	61
Bibliografia Comentada	65
▶ Artigo: O Sociólogo diante do Utilitarismo	67
Utilitarismo e ecologia	69
Orientação de Durkheim	77
Experiência e Variabilidade em Sociologia da Vida Moral	81
A definição sociológica dos fatos morais.....	84
Créditos de Durkheim	86
Moralidade real	88
Sistemas de moralidade	89
Função da vida moral nas sociedades	92
Os determinismos da vida moral nas superestruturas	95
Notas Complementares	101
Linhas para uma Sociologia do Saber Histórico	101
O Autor	105





► **Artigo: Indivíduo e Sociedade**

Indivíduo e Sociedade em Sociologia Diferencial:
Notas sobre Ambiguidade e Imanência Recíproca

Por
Jacob (J.) Lumier

Abstract

Os fatos sociais exercem sobre os indivíduos uma preeminência psicológica e moral. Sociólogos notáveis chegaram à compreensão de que o indivíduo volta a encontrar o social igualmente nas profundidades do seu próprio Eu. Os dois termos "indivíduo e sociedade" são de uma ambiguidade extrema que se torna um impasse se nos obstinarmos em considerar esses dois termos como antitéticos.

Essa ambiguidade será posta em relevo na análise sociológica diferencial ao rejeitar não a realidade do indivíduo e da sociedade, mas unicamente o erro inaceitável de que esses termos sejam tratados como entidades exteriores uma a outra.



Participação Mútua

Do ponto de vista do realismo sociológico, como se sabe, é importante a riqueza da psicologia coletiva contida nos termos *indivíduo e sociedade*.

Bem antes do aparecimento da sociologia, o suposto conflito entre indivíduo e sociedade relevava de exercícios retóricos aos quais se ligavam as disputas entre as teses individualistas e coletivistas, ou entre as posições contractualistas e institucionalistas.

A sociologia do século XIX deixou-se envolver nessas discussões inócuas em que se tratava do indivíduo ou da pessoa humana por um lado, e por outro lado a sociedade ou a coletividade como se fossem entidades abstratas já completamente acabadas e irredutíveis defrontando-se em inexorável e eterno conflito.

Mas essas querelas prosseguiram depois do nascimento da sociologia até o começo do século XX. Daí a exigência de crítica aos erros principais que se trata de eliminar para evitar sua interferência prejudicial na sociologia diferencial.

Em maneira preliminar, se constata haver sido dessas discussões que apareceu a corrente das teorias de compromisso ou de interação (Simmel, Von Wiese, Weber, Mac Iver, e muitos outros).

A essas teorias de interação se opuseram, em França, Durkheim e seus colaboradores; nos Estados Unidos, Cooley e seus seguidores, ambos argumentando que, por irredutíveis aos indivíduos, os fatos sociais exercem sobre eles uma preeminência psicológica e moral.



Vale dizer, em maneira justa, Durkheim e Cooley chegaram à compreensão de que *o indivíduo volta a encontrar o social igualmente nas profundidades do seu próprio Eu* (constatação esta já em Mauss, Halbwachs, Bouglé) ¹.

Para a sociologia da segunda metade do século XX o debate a propósito da relação entre o indivíduo e a sociedade foi considerado encerrado. Do ponto de vista dos fatos não há como continuar a aceitar que se considere a sociedade e o indivíduo como entidades exclusivas e *exteriores* uma a outra quando se trata em realidade de elementos impensáveis um sem o outro, cuja vida consiste precisamente em uma *participação mútua*.

Note-se que, na qualidade de pensamento que representou a muitos sociólogos do século XX, o crédito pelo reconhecimento da *participação mútua* é atribuído por Georges Gurvitch ² ao filósofo americano John Dewey, por sua afirmação de que os dois termos *indivíduo* e *sociedade* são de uma **ambiguidade extrema** e que essa ambiguidade torna-se um impasse se nos obstinarmos em considerar esses dois termos como *antitéticos*.

A ambiguidade assim detectada por Dewey em enfoque produtivo liberando-a do falso antagonismo será posta em relevo na análise sociológica diferencial em *quatro níveis*, ao rejeitar não a realidade do indivíduo e da sociedade, mas unicamente o erro inaceitável de que esses termos sejam tratados como entidades *exteriores* uma a outra.

Ilusões de Ótica

► Em PRIMEIRO LUGAR, a análise enfatiza a sociedade como compreendendo os outros, os Nós, os Eu que equivocadamente se quer opor-lhe, mas que não existiriam sem

¹ Gurvitch, Georges (1894-1965) et al.: "Tratado de Sociologia - vol.1 e vol.2", revisão: Alberto Ferreira, Porto, Iniciativas Editoriais, 1964 e 1968.

² Ibid, ibidem



ela, da mesma maneira em que a sociedade não existiria sem eles. É em razão dessa imanência recíproca que encontramos a sociedade nas profundidades do Eu e encontramos o Eu nas profundidades dos Nós ou da sociedade.

► Em *SEGUNDO LUGAR*, tendo em conta ademais da ambiguidade a imanência recíproca que acabamos de assinalar, o conflito entre a sociedade e o indivíduo se apresenta à análise como o problema da origem deste conflito em certas *ilusões de ótica*, às quais se juntam *falsas interpretações*.

- Vale dizer a análise sociológica desenvolvida desde o ponto de vista da imanência recíproca fundamental na psicologia coletiva comprova que os conflitos simultaneamente produzidos em os Nós percebidos como *próprios* dos sujeitos que os experimentam – os Nós próprios –, por um lado e, por outro lado, igualmente produzidos na sociedade, são conflitos que tendem a ser considerados por esses *Nós próprios* equivocadamente como conflitos entre a coletividade e os seus membros.

À imanência recíproca do Eu e dos Nós corresponde uma simultaneidade dos fatos sociais conflitantes que se verificam sob o aspecto individual e sob o aspecto dos grupos.

Grupos e Papéis Sociais

Deste modo, podem distinguir as duas vertentes seguintes:

(a) – a análise sociológica da situação humana e social conflitante de produtores e consumidores.

É possível comprovar que o conflito social aí característico ocorre ao mesmo tempo sob o aspecto individual (o Eu que se encontra integrado nos Nós) e sob o aspecto dos



grupos em luta (os Nós que se encontram nas profundezas do Eu).

♦ É o caso, por exemplo, de um autor de obras literárias que deseja obter o preço mais elevado possível para sua obra ao passo que, como consumidor, deseja adquirir obras por preço compensador. Vê-se então que o conflito envolve o *mim* da reflexão própria daquele autor, seu *foro íntimo*, como indivíduo singular personalizado afirmando-se na *cisão dos seus diversos Eu*, e em conexão com essa cisão vê-se *simultaneamente* um conflito que pode efetivamente dividir os grupos (estruturados ou não) de produtores e de consumidores.

(b) – a análise dos conflitos que opõem os diferentes Eu de um mesmo indivíduo representando diversos papéis sociais, por um lado e, por outro lado, os conflitos que opõem os diferentes grupos nos quais ele participa.

É possível comprovar a não-pertinência em considerarem esses fatos sociais conflitantes como um conflito entre a sociedade e o indivíduo.

♦ Como se sabe esses papéis sociais simultâneos que um indivíduo representa, seja como pai, marido ou filho; seja como empregado, operário, engenheiro ou patrão; seja como militante, cidadão, produtor ou consumidor, entram sem cessar em conflito que pode ser verificado sob duplo aspecto:

(A) – como um conflito no seu foro íntimo, onde se opõem os diferentes Eu daquele indivíduo e (B) – na realidade social, onde se opõem os diversos grupos aos quais pertence o indivíduo. Portanto, não há em fatos conflito entre a sociedade e o indivíduo que nela se encontra integrado ou nela participa³.

³ Gurvitch, Georges (1894-1965) et al.: "Tratado de Sociologia - vol.1 e vol.2", op. Cit.



Ainda em relação aos dois termos em estudo, agora quanto ao aspecto metodológico e para os fins de acentuar-lhes as variações, cabe lembrar as históricas análises sociológicas realizadas por Mauss e Hubert sobre os Melanésios⁴, bem como as empreendidas por Lévy-Bruhl, mostrando que os *arcaicos* não atribuem o mesmo sentido que os *civilizados* aos termos *sociedade e indivíduo*. Na mentalidade dos *arcaicos* o indivíduo não é somente o homem psicofísico, e o sociólogo não pode destacá-lo de todas as *dependências místicas* que o cercam, as quais são *projetadas para fora do indivíduo* e se afirmam para ele como penetrando os objetos do mundo exterior que o envolvem no modo mais *direto* possível⁵.

Modelos e Condutas

As variações das concepções de indivíduo e de sociedade se efetuam em paralelo rigoroso com as transformações da estrutura social, às quais corresponde sempre uma transformação do tipo de indivíduo.

A análise sociológica diferencial mostra que muitas vezes os cientistas sociais chegam a construir conflitos do indivíduo e da sociedade que se revelam artificiais, mediante o cotejo do indivíduo a um tipo de sociedade que não corresponde ao que ele está efetivamente integrado.

⁴ Descobertos no século XIX (Codrington, "*Melanesians*", 1891), os Melanésios formavam a sociedade milenar vivendo em estado originário mais puro e sem interferências de que já se teve notícia. Daí a mais alta importância sociológica e antropológica das pesquisas etnológicas mencionadas e não superadas. Ver Mauss, Marcel: "*Sociologia e Antropologia* - vol. I", tradução Lamberto Puccinelli, São Paulo, EPU/EDUSP, 1974, 240 pp. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1950). Do mesmo autor: "*Sociologia e Antropologia* - vol. II, tradução Mauro Almeida, São Paulo, EPU/EDUSP, 1974, 331 pp.

⁵ Gurvitch, Georges (1894-1965) et al.: "Tratado de Sociologia - vol.1 e vol.2", op. cit.



A fim de ultrapassar o erro desse artificialismo, cabe lembrar os resultados do antropólogo americano Ralph Linton e do psicanalista A. Kardiner, que investigaram a estrutura da personalidade de base e puseram em relevo que as variações das concepções de indivíduo e de sociedade se efetuavam em paralelo rigoroso com as transformações da estrutura social, às quais corresponde sempre uma transformação do tipo de indivíduo ⁶.

Além disso, observou-se que se pode encontrar o *efeito da disparidade proveniente de um ritmo de adaptação desigual a condições bruscamente transformadas atuando em alguns indivíduos e em algumas estruturas sociais*, e que, portanto, nestes casos, a origem dos conflitos entre o indivíduo e a sociedade seria explicada por esses efeitos.

► Em TERCEIRO LUGAR, a origem dos conflitos do indivíduo e da sociedade se apresenta à análise sob o aspecto metodológico como *montagens* efetuadas inadequadamente em proveniência do fato de que, desprezando inadvertidamente todo o paralelismo, se coteja os conflitos indivíduo e sociedade a partir de níveis diferentes da realidade social.

Em vista de ultrapassar essa inadvertência, a análise sociológica diferencial passa em crítica certos procedimentos habituais da psicologia social do século XX que, todavia, são aplicados em maneira geral.

Com efeito, é sabido que frequentemente se considera a vida psíquica do ser humano a partir da expressão exterior, dos aspectos físicos e materiais que o indivíduo e a sociedade ambos apresentam.

Sem dúvida, essa expressão exterior alcança o indivíduo, sendo fato que indivíduo e sociedades estão sob o domínio dos hábitos, do costume, dos ritos, das práticas, dos modelos, dos símbolos *standardizados* e que essa expressão exterior constitui *uma espécie de crosta da sua atividade*, mais ou menos arrefecida e tornada rígida.

⁶ Ibid, ibidem.



Nada obstante, deve-se advertir ser igualmente fato que indivíduo e sociedade, *tanto um quanto o outro* podem igualmente entrar em efervescência, penetrar através dessa carapaça mais ou menos rígida, agir, lançar-se em condutas inovadoras e criadoras.

Em realismo sociológico, indivíduo e sociedade são analisados no mesmo plano, de tal sorte que a suposta oposição de um e de outro se revela um conflito imaginado, e se reduz a uma tensão entre os níveis em profundidade, mostrando neste caso uma tensão entre os modelos do individual e os modelos do coletivo, incluindo as tensões entre os modelos standardizados e as condutas efervescentes, observadas tanto na vida social quanto na vida individual.

O sociólogo chamará, então, *montagem dos conflitos do indivíduo e da sociedade* ao procedimento adotado quando o psicólogo social toma por ponto de partida não a vertente *des-estruturante*, mas ao contrário o aspecto estruturante da sociedade, o aspecto do costume, dos ritos, das práticas e dos modelos e, inadvertidamente, tomando-os em seu conjunto como o *outro*, lhes contrapõe o indivíduo considerado em uma conduta de efervescência criadora, isto é, o indivíduo que inova, inventa, cria.

Sem embargo, à margem dessa montagem a contemplar *imaginativamente* uma oposição inexistente entre diferentes níveis em profundidade da realidade social, a análise sociológica põe em relevo o fato de o indivíduo poder estar em **paralelismo com a sociedade**, aquém de qualquer conflito que os oponha um ao outro.

Quer dizer, considerado no mesmo plano, o indivíduo pode estar por seu lado tão submetido às suas próprias obras, às suas próprias práticas, aos seus próprios modelos e símbolos cristalizados (os modelos de conduta individual) quanto, pelo lado dela, pode a sociedade estar submetida aos seus próprios modelos de conduta coletiva.



Paralelismo Dialético

Por conseqüência, diante da constatação de um paralelismo, o suposto conflito do indivíduo e da sociedade ou a *oposição de um e de outro* se revela um *conflito imaginado* o qual, em realidade, sendo adotado o procedimento metodológico adequado de confrontá-los no mesmo plano, se reduz a uma tensão entre os níveis em profundidade, neste caso mostrando uma tensão entre os modelos do individual e os modelos do coletivo, incluindo a tensão entre os modelos standardizados e as condutas efervescentes, tensão esta observada tanto na vida social quanto na vida individual⁷.

Neste ponto podemos resumir (a) – que o suposto conflito do indivíduo e da sociedade é qualificado “suposto” para acentuar um problema mal colocado que, uma vez tomados esses termos como não exteriores um ao outro, nota-se a impossibilidade em opô-los em maneira geral como antinomias; (b) – que em realidade há unicamente *casos de espécie* que se esclarecem pela aplicação dos procedimentos dialéticos por complementaridade, por implicação mútua, por reciprocidade de perspectiva (em diferentes graus); (c) – que o procedimento por polarização é o menos adequado para o esclarecimento dialético das situações conflitantes do indivíduo na sociedade.

⁷ A sociologia da literatura fornece amplo material sobre a problemática psicossociológica da tensão entre o standardizado e o espontâneo no mundo da comunicação social do século XX. Ver: Lumier, J.J. (2010) *Utopia Negativa: Leituras de Sociologia da Literatura*, Edição electrónica gratuita. Texto completo em www.eumed.net/libros/2010e/819/



Mas não é tudo. Para chegar aos quadros propriamente sociológicos da psicologia coletiva, a análise em realismo sociológico além de contra-argumentar prossegue buscando a riqueza da psicologia coletiva contida naqueles dois termos, visando por essa via corrigir os erros prejudiciais à sociologia.

Há uma correspondência possível entre o indivíduo e a sociedade sob o aspecto da mentalidade individual e da mentalidade coletiva, reciprocidade de perspectiva essa que permanece freqüentemente ignorada.

► Desta forma, afirmando em um fluxo a realidade da vida psíquica, em QUARTO LUGAR surgem, por um lado, assinaladas como negativas, as *separações metodológicas* decorrentes do erro fundamental de interpretação que transpõe as *tensões* entre os níveis em profundidade da realidade social em antinomias, e opõem o indivíduo e a sociedade.

Por outro lado, na mesma medida dessa crítica, são postos em relevo os principais aspectos dos fenômenos psíquicos totais, seguintes:

(a) – em relação às pesquisas sobre a relação e a intensidade de *interpenetração das consciências*, admite-se como *destrutivo* o propósito metodológico levando a separar completamente o Meu, o Teu e o Nosso, ou, em modo mais fundamental ainda, o erro de separar a tensão para o individual, para o interpessoal, para o coletivo, pois esses pólos do psiquismo se encontram inseparavelmente vinculados à interpenetração entre os Nós, os agrupamentos sociais, as sociedades globais;

(b) – a separação metodológica repelida tem ainda a conseqüência que leva a dissolver a noção da própria *consciência*, cuja consistência se afirma em realidade precisamente na *interferência mútua e nas relações dialéticas entre as três direções para o Meu, para o Teu, para o Nosso*;



(c) – além disso, as obras também sofrem destruição, em particular os símbolos pelos quais a consciência se manifesta – quer dizer, dissolve-se o aspecto de expressões simbólicas do Meu, do Teu, do Nosso, pelos quais estas palavras servem de *critérios para alcançar a realidade da consciência e para descrevê-la*.

A observação do fluxo da vida psíquica efetivamente experimentada – vale dizer o "fenômeno psíquico total" ⁸ – mostra o seguinte: (a) – não existem como elementos separados *uma* consciência individual, nem *uma* consciência de outro, nem *uma* consciência coletiva; (b) – nesse fluxo da vida psíquica, existem acentuações do Meu (construídas metodologicamente como *uma direção para* a consciência individual), existem acentuações do Teu e da comunicação com o outro (construídas como a consciência do interpessoal) e existem acentuações do Nosso (construídas como *uma direção para* a consciência coletiva e caracterizando a mentalidade coletiva).

Além disso, para pôr em relevo o **paralelismo** entre o que se passa no indivíduo e o que se passa na realidade social é preciso considerar o seguinte:

As Consciências e os Quadros Sociais

(1) – a consciência individual, a consciência interpessoal e a consciência coletiva, sendo imanentes umas as outras em intensidade variável conforme as circunstâncias, conforme os quadros sociais e os seus tipos de estruturas e de conjunturas devem ser elas confrontadas ao mesmo nível em profundidade com os quadros sociais nos quais se in-crustaram;

(2) – uma análise dessa confrontação metodológica no estudo das manifestações de sociabilidade põe em relevo o seguinte:

⁸ Gurvitch, Georges (1894-1965) et al.: "Tratado de Sociologia - vol.1 e vol.2", op. Cit.



(2.1) – os três graus em profundidade dos Nós (Massa, Comunidade, Comunhão) tomados como quadros sociais e como as consciências coletivas correspondentes admitem como lhes sendo paralelos três graus em profundidade do Eu ⁹;

(2.2) – às pressões que exercem na realidade social a massa sobre a comunidade e a comunidade sobre a comunhão corresponde uma pressão que o homem da massa exerce no foro íntimo sobre o homem da comunidade e uma pressão que o homem da comunidade exerce igualmente no foro íntimo sobre o homem da comunhão.

Tal o caso do paralelismo completo, simétrico, entre o que se passa no indivíduo e o que se passa na realidade social. Daí falar-se de uma correspondência possível entre o indivíduo e a sociedade sob o aspecto da mentalidade individual e da mentalidade coletiva, reciprocidade de perspectiva essa que permanece freqüentemente ignorada.

Por tratar-se de questão de fatos e exclusivamente de fatos, o sociólogo admite que a constatação do *paralelismo simétrico* entre o que se passa no indivíduo e o que se passa na realidade social não anula a necessidade de perscrutar em pormenor as relações de fatos entre o coletivo e o individual.

Deve-se igualmente aplicar os procedimentos operativos dialéticos por complementaridade, implicação mútua, ambiguidade, polarização e reciprocidade de perspectiva ao estudo empírico dessas relações entre o coletivo e o individual ¹⁰.

⁹ Respectivamente o homem da massa, o homem da comunidade, o homem da comunhão, como já mencionado.

¹⁰ Esse estudo encontra-se descrito em detalhes na obra de Gurvitch, Georges (1894-1965): "*Dialectique et Sociologie*", Flammarion, Paris 1962, 312 pp., Col. Science. Op.Cit.



A aplicação desses procedimentos operativos pode levar a apreender todas as sinuosidades efetivas das interpenetrações e dos conflitos sempre relativos, mas sempre possíveis entre *o social e o individual*.

Aliás, a respeito desse âmbito da psicologia interpessoal, sobressai uma variação dos problemas que a aplicação dos procedimentos dialéticos operativos mencionados pode produzir.

Assim destaca-se em especial a variação dos problemas quando tais procedimentos aplicados às relações entre o individual e o social contemplam essas relações nos seguintes quadros: (a) – nos setores anestruturais ou nos setores estruturados dos fenômenos sociais totais; (b) – nas camadas espontâneas ou nas organizações; (c) – na escala microssociológica; (d) – na escala dos agrupamentos sociais particulares; (e) – na escala das sociedades globais.

Quanto à variação dos problemas no âmbito da psicologia coletiva (relações entre a mentalidade individual e a mentalidade coletiva), nota-se que a reciprocidade de perspectiva pode ser aplicada com o máximo de aproveitamento quando, nas dinâmicas coletivas de avaliação, se passa aos atos mentais (intuições e juízos) ou às colorações voluntárias.

©2010 by Jacob (J.) Lumier

Fim do Artigo/Postagem:
INDIVÍDUO E SOCIEDADE EM SOCIOLOGIA
DIFERENCIAL



COMUNICAÇÃO & SOCIOLOGIA¹¹

► Artigo: Notas sobre a criação de identidades particulares

A constatação da ambiguidade do romance tornado técnica de comunicação levou o sociólogo crítico da cultura a uma reflexão sobre a situação do gênero romanesco em face da realidade no momento antirrealista do romance, ao século vinte, a partir de uma cultura histórica difusa, vaga, sem pertença, uma cultura que não se individualiza sobre a qual se observa a extensão do mundo da comunicação social.

A supressão do objeto do romance por efeito cultural da preeminência da informação com o gênero reportagem e o predomínio da ciência leva à seguinte situação do romance do século vinte: para permanecer fiel à sua herança realista e continuar dizendo como são realmente as coisas, o romance tem que se afastar de um realismo voltado para reproduzir apenas a fachada e tem que promover o equívoco desta.

Dostoyevski, por exemplo, antecipando a transição da literatura do século vinte, tivera assimilado o sentimento de que o romance estava obrigado a romper com o positivo e apreensível e a assumir a representação da essência como das qualidades humanas, uma psicologia do caráter inteligível. Encontrando seu verdadeiro objeto na contraposição entre os homens vivos e as petrificadas (ou mumificadas)

¹¹ Publicado na Web do Observatório da Imprensa por Jacob (J.) Lumier em 6/10/2009

<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos.asp?cod=558MOS005>



relações, a própria *alienação* se convertendo assim para o romance em meio artístico, como bem observou T. W. Adorno.

Estruturas comportamentais

Tendo em conta a *coisificação* como a outra face da *desmitologização* que se desenrola na base do *processus* de mediação próprio à sociedade de produção para o mercado, a crítica da cultura histórica mostra que a separação irreversível da ciência e da arte está em correlação com a *coisificação do mundo*. A análise da situação do romance leva, pois, à assertiva de que na transcendência estética se reflete o *desencantamento do mundo*, no sentido utópico de fim do mistério de envolvimento no mundo como apelo à aventura e ao reencontro de si mesmo e seu destino.

Daí o acentuado interesse no problema da individuação, pelo que a sociologia da literatura guarda interesse para os estudos em Direitos Humanos, corroborando o reconhecimento de que os seres humanos têm direitos iguais à sua própria identidade particular e personalidade.

Isto em maneira não conceitual, mas aproximando da história íntima, que cabe não confundir com os relatos de biografia dos personagens romanescos. A sociologia compreende a análise da correlação entre o mundo romanesco do personagem em suas relações com os objetos figurados, por um lado, e as transformações na vida social do século vinte por outro lado. Interesse de análise este provocado depois de Balzac e Stendhal devido à acentuada dificuldade reconhecida junto aos autores contemporâneos em descrever a biografia e a psicologia do personagem, sem limitar-se ao anedótico ou ao fato diverso.

Desse modo, os sociólogos buscaram verificar a hipótese de que a forma romanesca como estrutura das relações personagem/objetos no mundo do romance deve ser compreendida como sendo a mais imediatamente e a mais diretamente ligada às estruturas comportamentais de troca



mercantil e de produção para o mercado, na medida em que admitem uma psicossociologia particular.

Uma unidade indivisível

Como veremos adiante, na pesquisa sobre o romance ao século vinte constatou-se a transformação da unidade estrutural personagem/objetos como levando não somente ao desaparecimento mais ou menos acentuado do personagem, mas, correlativamente, acentuando o reforço da autonomia dos objetos.

Constatação esta que logo faz lembrar a observação de que os mecanismos de auto-regulação da produção capitalista ao século vinte levaram ao deslocamento progressivo do que Lucien Goldmann chamou *coeficiente de realidade do indivíduo*, cuja autonomia e atividade foram transpostos para o objeto inerte.

Nada obstante, o ponto de vista da individuação mostra a criação de identidades particulares em arte literária romanesca. O procedimento narrativo com monólogo interior desenvolvido notadamente por Proust, por exemplo, que atende à exigência de suspensão da ordem objetiva espaço-temporal onde predomina a *coisificação*, permite ao narrador fundar um espaço interior todo seu.

Quer dizer, será exatamente pela arte do monólogo que o mundo vai sendo arrastado ao espaço interior assim fundado, e todo o externo se apresenta como um fragmento de interioridade: momento da corrente da consciência, desta forma resguardada em face da refutação pela ordem do mundo alheio. Tal a "técnica micrológica" que T.W. Adorno interpreta ao observar que todo o primeiro livro de Proust – *Combray* – não é mais do que o desenvolvimento das dificuldades que tem uma criança para dormir quando a mãe bonita não lhe deu o beijo de boa noite.

Como se sabe, o termo "individuação" foi adotado nas teorias metapsicológicas por influência de Schopenhauer, que fala do *principium individuationis*. Em geral, o conceito é



utilizado em maneira abstrata para denotar o *processus* básico pelo qual uma pessoa se torna individual no sentido de afirmar-se uma unidade indivisível ou um "todo".

Eficácia estética e emoções

O *principium individuationis* tornou-se objeto de estudo nas ciências sociais depois que, nos anos de 1920, os seguidores do *culturalismo abstrato* do filósofo Heinrich Rickert – dentre os quais Max Weber – insistiram no indivíduo e no individual como focos das *significações*, e estudaram o mundo histórico como essencialmente singular e individualizado nas condutas.

Em que pese o irrealismo dessa orientação abstrata, resultou que a afirmação do indivíduo como um todo, verificando-se no mundo histórico ultrapassa os limites psicológicos dos estudos sobre desenvolvimento da personalidade, e surge como o *princípio* (abstrato) *de individuação da cultura histórica*.

Se, por sua vez, tomada do ponto de vista da filosofia da ciência, a individuação implica um método para atingir o real, a sociologia crítica da cultura em seu horizonte de disciplina científica reconhecerá o *princípio de individuação da cultura histórica* como essencialmente problemático, e tentará verificá-lo a partir da literatura, notadamente no gênero romanesco, onde tem foco privilegiado.

Sem embargo, em sua postura metodológica e visando compreender, ajuizar e classificar as obras com valor estético, o sociólogo toma o fato literário como *não-reduzido* às significações, sejam estas culturais, sociais, psicológicas.

A *significação* é frequentemente considerada como atributo de uma visão de mundo mais ou menos coerente. Se fosse tomada como único critério estético diminuiria os escritores, tornando-os insignificantes em face dos pensadores.

Por contra, em seu ponto de partida, o sociólogo toma o objeto literário como *configuração de valor*, na qual não é



somente certo número de idéias que se encontram dotadas da máxima eficácia estética, mas também certo número de *emoções*.

Busca da realização e coisificação

Desta forma, ao se orientar para a *apreensão do desejado* em literatura, o sociólogo assume um ponto de vista *interior* ao fato literário, trazendo para o campo sociológico as *experiências individuais indiretas* e variadas de todos os *subterfúgios, achados, disfarces, fugas, simulações* etc.

Isto não quer dizer que os "ensinamentos" sejam desprezados em favor da fantasia. Se as experiências literárias podem aportar alguma "lição", importa que, afirmando sua identidade particular, personalidade e fé, os *indivíduos* reconhecem tais experiências indiretas porque em sua afetividade delas se ocupam.

Não que a identidade particular seja reduzida ao lúdico ou indiferente aos conteúdos e atividades. Os indivíduos desempenham papéis sociais variados em relação com os seus círculos sociais e com os demais, de tal sorte que, nessas situações concretas, as referidas *experiências indiretas* serão reconhecidas. Todavia, sua identidade particular não é fixa, posto que, da mesma maneira em que as coisas mudam de significado e os grupos mudam de função, os indivíduos mudam de caráter.

Em relação à sociologia da literatura do século 20, há um aprofundamento no individualismo para focar-se na própria *individuation* burguesa, na possibilidade mesma do que constitui ou diferencia um indivíduo de outro indivíduo em *contexto de alienação*, entendida esta última em sentido amplo como objetivação, e não estritamente como *desrealização* ou projeção para fora da realidade social.

Quer dizer, ao pesquisar a composição romanesca em sua ambiguidade como técnica de comunicação e em seu contexto de alienação, o sociólogo crítico da cultura observa que a *busca romanesca da realização individual* é colocada



diante da *coisificação*, tomada esta não somente (a) como condição da ruptura libertadora – portanto condição negativa –, mas (b) como *forma positiva*, isto é, forma que torna objetivo o trauma subjetivo (torna objetiva a consciência desprovida de auto-afirmação).

Organização de impulsos somáticos

Tal o sentido positivo da *coisificação* para o problema da individuação em literatura romanesca: *forma do caráter de mercadoria* assumido pela relação entre os homens.

Daí a idealização de um retorno à memória da infância, que fixa um tempo perdido, quase uma tendência à introspecção, ao fechamento, de que nem Proust nem mesmo o freudismo escaparam.

Admite-se que a *coisificação* como objetivação do humano nas estruturas, correlaciona-se ao surgimento da subjetividade como aspiração aos valores, que, entretanto, por determinar-se na objetivação, resta em estado de mera aspiração, permanece vaga, correspondendo a uma cultura difusa, sem pertença, uma cultura que não se individualiza como foi dito.

Daí que, no plano mais elementar, a simples subjetividade apareça como pensamento letargado, perplexo, chegando à ataraxia, a qual não deve ser confundida às alienações mentais subjetivas, esquizofrenias ou delírios patogênicos em face da perda de contacto com a realidade, frequentemente provocados no envolvimento do indivíduo em alternativas irreconciliáveis para o sentimento de felicidade.

Embora haja domínio conexo entre a estética sociológica e as teorias metapsicológicas, o alcance crítico da sociologia literária sobressai.

T. W. Adorno equipará na arte de avant-garde a caída da consciência (no sentido de redução da função representacional) uma vez desprovida de auto-afirmação em um conteúdo particular, como na ataraxia, à caída do sujeito individual como vivacidade e engenho – quer dizer, com a



arte de Kafka trata-se de subtrair a análise do psiquismo, não para ficar junto ao sujeito da Psicologia, mas para confrontar o especificamente psicológico notado na concepção que "faz derivar o indivíduo a partir de impulsos amorfos e difusos", isto é faz derivar o Eu do Id (Isto), convertendo-o de entidade substancial, de ser em vigência do anímico, em "mero princípio de organização de impulsos somáticos", em engenho (astúcia, destreza, ardil).

Promessa humanista da civilização

Lembrará a imagem da mônada leibntziana fechada, sem janelas, mas que, na perspectiva artística, deve ser referida ao foco irradiador da narrativa de Kafka, por exemplo, ou, no dizer mesmo de T. W. Adorno: "A mônada sem janelas prova ser lanterna mágica, mãe de todas as imagens, como em Proust e em Joyce" (Ver: Adorno, T.W.: *Prismas*, tradução Manuel Sacristán, Barcelona, Ariel, 1962).

Desta forma, se descobre em Proust o exemplo de uma maneira de proceder artístico para o autor literário evitar a pretensão de que sabe exatamente "como foi", a "pretensão de conhecimento", o gesto e o tom do "foi assim", que o romance deve excluir.

Na abordagem crítica da cultura a ação dramática do romance está envolvida em uma técnica da ilusão que reserva previamente ao leitor o papel limitado de realizar algo já realizado e participar assim do caráter ilusório do conteúdo representado – ainda que esse caráter ilusório vá sendo suprimido na história literária conforme se passe de Flaubert para Proust, Gide, Thomas Mann ou Musil e desemboque no que T.W. Adorno chama "reabsorção da distância estética".

Todavia, a análise crítica da cultura não é desprovida de interesse específico, já que se trata de verificar a situação do romance em face da realidade no momento antirrealista do romance. Nada obstante, desse modo vem a ser favorecida a prevalência da relação com o leitor por fora e em detrimento da união autor-personagem-leitor, haja vista a



asserção de que a alienação se converte em meio artístico para um tipo de romance cujo impulso é decifrar o enigma da vida externa, exigindo pôr em relevo além da fantasia a ambigüidade do romance como técnica de comunicação.

Seja como for, a sociologia da literatura e do gênero romanesco se desenvolve a luz da promessa humanista da civilização, que afirma o humano como incluindo em si, juntamente com a contradição da *coisificação*, também a *coisificação* mesma.

Fatiga do simbolismo social

Sem embargo, a relativização das identidades particulares acentua-se conforme a sociologia literária aprofunda no ponto de vista crítico da mencionada *reabsorção da distância estética*, e, no seu descontínuo amontoado de imagens, põe em relevo a *arte da montage* no contexto de *alienação* predominante ao século 20.

Se até Flaubert o romance atribuía uma identidade com perfil ao reservar ao leitor o papel já limitado de participar do caráter ilusório do conteúdo representado, torna-se indiscutível que a compreensão estético-sociológica do surrealismo e da literatura de *avant-garde* busca a *montage* de um espaço contemporâneo fissurado.

Referida na leitura proposta por Ernst Bloch para as obras romanescas de Julien Green, Marcel Proust, James Joyce, a arte poética da *montage* descreve um Eu cada vez menos perfilado, menos visível ao olho humano, mais minúsculo como caráter inteligível, em correspondência não só ao mundo desencantado da comunicação social, mas à sua figura de transição histórica, como mundo decaído da burguesia e do individualismo liberal.

Com efeito, nas análises desenvolvidas por Ernst Bloch, que é um pensador da utopia positiva, com suas categorias crítico-históricas em molde teológico imbricadas na efetividade da interpenetração do arcaico e do histórico na consciência coletiva, a reflexão da criação poética começa pela



constatação do vazio cultural na situação da distração disseminada com a modernização acelerada nos anos 20.

Deste modo, caracteriza-se em reflexão de filosofia estética o que os sociólogos chamam *fatiga do simbolismo social* e que para esse autor, atento à dicotomia das formas de vida rural-tradicional e urbano-moderna, exige constatar a ocorrência de símbolos esotéricos, fechados, obscuros.

Sentimentos de medo e piedade

Por este tornarem-se opacos dos símbolos sociais, observa-se que, com a arte de Kafka, ressurgem em feitiço estranho a diferenciação e a confusão entre um mundo absorvido na realidade histórica, reflexo de antigos interditos que afloram à superfície nos períodos de decadência, por um lado e, por outro lado, um mundo até então situado no mais-além – referido aos romances de como *Le Chateau* ou *Le Procès*, e destacado na forma durável de ordens estamentais estranhas e longínquas.

Para Ernst Bloch, essa distinção em dois níveis na realidade histórica da consciência coletiva no período da decadência da cultura burguesa, revela respectivamente que raramente neste mundo deste tempo os *sentimentos do medo e da piedade* foram tão estritamente reaproximados, sendo a esta confusão que se buscam os elementos de decomposição, que são ao mesmo tempo os elementos do sonho referidos na compreensão poético-sociológica do surrealismo e da literatura de *avant-garde*, como configurações de *um espaço contemporâneo fissurado*.

Esse esforço poético pode ser bem notado em escritores como Julien Green – elaborando a construção onírica da vida sufocante e morna que se conserva de parte – ou Marcel Proust, elaborando a construção onírica da memória na hora ampliada da agonia como o objetivo de toda uma vida; ou ainda, James Joyce, elaborando por sua vez a construção onírica da *montage*, onde se reencontram as ruínas do presente.



Não se deve deixar de notar, entretanto que, por detrás dos aprofundamentos recortados nessas construções oníricas há o envolvimento pela obscuridade do vazio cultural no período de decadência da cultura liberal e do individualismo - de que a confusão dos sentimentos de medo e piedade dá repercussão.

Inumeráveis Eu

De acordo com os comentários de Ernst Bloch, o espaço contemporâneo fissurado que é pintado nas metáforas de Julien Green corresponde a um Eu de quem o medo se apossou e que é torturado por seus sonhos. Todavia, é também o espaço de uma ação desprovida (sem caráter moral), tornada inteiramente reduzida a indivíduos privados de toda a comunidade, seres humanos brutos como as bestas que, porém, se tornam grandes como os afrescos ou como as paisagens, pois cada um dentre eles representa uma paixão.

Então, só há paixões solitárias, só há, seduzindo, o destino disfarçado desta paixão. Não há saída alguma. A sedução, o enfeitamento é compacto e suga inteiramente seus suportes humanos. Nesse espaço contemporâneo pintado poeticamente por Julien Green reina um odor de folhas mortas, cheira a cômodos trancados cujos ocupantes parecem jamais sair.

Quanto ao espaço contemporâneo fissurado em Proust, em virtude da *finesse* e da micrologia em sua mirada que a tudo recolhe, parece mais saliente o que, em alternativa à imagem filmográfica adorniana da lanterna mágica, Ernst Bloch chama *sonho no objeto*, designando a qualidade poética ou o foco irradiador das imagens e das metáforas literárias.

Em Proust, compõe-se um espaço cujas imagens só se desdobram *après-coup*, em seus mosaicos não-euclidianos da agonia; um espaço curvo acima de um Eu que vê decorrer a sua própria vida e a vida exterior; um Eu que apreende com extrema acuidade o que está perdido; que põe por



escrito a caída de um mundo em declínio: caleidoscópico de grandes damas, belos senhores, aventureiros: *les héros du déluge*.

Tudo parece real nesse espaço proustiano e tudo contém os interstícios onde se aninham as metáforas. Destaca Ernst Bloch que são metáforas tiradas de esferas decaídas, sejam estas as mesas dos restaurantes sejam os planetas como o sol – designado a suntuosa e milenar múmia desembaraçada de todas as suas ataduras – nas quais a regra da vida social virou liturgia.

Nesse espaço contemporâneo proustiano, a personalidade é desagregada em "inumeráveis Eu" que não sabem coisa alguma uns dos outros, mas cujos mundos se recorram.

Resgate onírico

Quanto ao comentário de Ernst Bloch sobre o espaço contemporâneo fissurado em Joyce, sobressai de início a imagem surrealista de uma boca sem Eu, em meio à decomposição que atinge a própria língua, desprovida esta de toda a forma pronta e acabada, logo, aberta e confusa.

As palavras estão em disfunções, perderam sua inserção ao serviço do sentido. O que de ordinário fala, o suposto sujeito que faz de narrador, brinca com as palavras em momentos de fadiga, nos silêncios da conversação ou no falar sem dizer dos seres sonhadores e instáveis que povoam a suposta narrativa.

Segundo Ernst Bloch, deve-se apreciar a montagem no *Ulysse*, de Joyce, como um *work in progress*: simultaneamente atelier e criação. Atelier que, porém, não está acima, mas também faz parte da decomposição.

Vale dizer, a língua observa as regras gramaticais, mas não segue em absoluto as regras da lógica do seu tempo. Na *montage* no *Ulysse* de Joyce a língua tanto se recorta como um copo quebrado em pedaços, tanto se cristaliza



como em um caleidoscópio em movimento, ou circunda estreitando a ação no feitio das cintas.

A compreensão que se tem da língua na narrativa de Joyce é de que ela deve ter sua origem na relação primária, sonora e imaginada; que ela deve ter seu sentido na liberação e na captação da vida inconsciente. É isto o que desperta a língua para a vida: as palavras recobrando seu valor pré-lógico.

Sem dúvida, como já remarcou Georges Lukacs em seus ensaios sobre Thomas Mann, a atitude de Ernst Bloch para com a obra de James Joyce é de apreciação admirada. Tanto é assim que, priorizando em arte o resgate onírico da antiga cultura legada do Gótico Tardio por via das insurgências campesinas do século 16, bem como o da Escolástica medieval, Ernst Bloch minimiza qualquer postura prévia na leitura de Joyce.

Linguagem nua e impudica

Deste ponto de vista, se quisermos compreender o sintoma e o símbolo que se considera como representando a obra joyceana, pouco importa saber se Joyce obteve êxito, se a sua empresa de embrutecimento dos personagens tivera jamais alcançado o enlevo do poema; pouco importa se em maneira geral é Joyce um autor sério ou o mercador de uma não-ideia impensável, nebulosa da rememoração burguesa da terra após a morte da terra, após uma catástrofe cósmica.

Segundo Ernst Bloch, tampouco é importante saber se *Ulysse* confirma ao menos a lógica de um mundo decaído e opaco, mesmo sem projetar no porvir a luz de uma reviravolta transparente.

Com certeza, o estilo de Joyce em *Ulysse* corresponde a um mundo sem controle, e acolhe como fermento a desagregação que se compõe de início como a do Eu no monólogo interior, e depois, como a desagregação da coerência burguesa dos objetos.



Aliás, na apreciação crítica por Ernst Bloch, deve-se sublinhar a particularidade do monólogo em Joyce, que não mais deixa intacta e reconhecível a pessoa na permanência do Eu.

Quer dizer, nas anteriores composições do monólogo em outros autores a pessoa conservava ainda muitas coerências de superfície perfeitamente conscientes, muitas coberturas morais. Em Joyce pelo contrário: aqui a pessoa deixou de ter inclusive o Eu como testemunha.

O corpo daquele que fala quase desapareceu, o corpo que encerrava a linguagem, liberando assim um dilúvio anônimo. Trata-se de uma linguagem em tal torrente nua e impudica, sem retoques e sem barragens que todos os naturalismos de antes se reduzem em comparação com uma cerimônia de Corte.

Dinâmica furtiva de expressão

Assim, como jatos de vapor re-ascendentes do inconsciente, em tal linguagem liberada nascem criações de palavras dementes, preenchendo os abissais, os tesouros sem dono, os abismos dos seres ordinários habitantes da obra joyceana: a arquitetura de um romantismo que pela primeira vez consegue reunir as maneiras de dizer múltiplas em uma só.

O lugar e objeto da ação em *Ulysse* é uma jornada na vida de pessoas sem importância, ação tão fluida esta cujo lugar-objeto bem poderia ser não uma, porém muito mais do que mil e uma jornadas (ver a versão ao português, dos anos 60, por Antônio Houaiss).

A obscenidade, a crônica, o contar histórias, a escolástica, o magazine, a gíria, Freud, Bérqson, o Egito, a árvore, o homem, a economia, a nuvem se afundam e reaparecem nesse rio de imagens, se misturam, se interpenetram em uma desordem que, não obstante o caos, desde então busca sua forma não mais em Prometeu, porém, sim, em Proteu, o embaralhador da natureza em fermentação.



Traçando assim as grandes linhas inscritas na composição do *Ulysse* de Joyce, Ernst Bloch observa que a *montage* do espaço contemporâneo fissurado, por mais artificial que seja, ou se transforma em uma grande migração dos objetos eles mesmos ou vem a ser a mera sombra de uma metamorfose artística, o que se consegue compondo seres voluntariamente ordinários e indiferentes, mas seres completos, para quem coisa alguma é estranha; que, sem vírgula, falam ao infinito, e, sem conhecimento, fazem digressões a perder de vista.

Tal *montage* compreende no simbolismo decomposto e sem coerência a distinção de um mundo absorvido e de um mundo que até a modernização e o crescimento industrial fora situado no mais-além, ambos ressurgindo em feitiço estranho na vida deste mundo deste tempo.

Se essa arte dissolve o Eu como identificação traz em compensação uma *dinâmica furtiva de expressão* por analogia do gênero épico, que está a oscilar: sendo descendente para a desordem no mesmo feitiço em que se eleva de soslaio.

Fim do artigo





► Artigo: A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E
A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO ⁽¹²⁾
(relações entre as tecnologias da informação e as sociedades)

Por

JACOB (J.) LUMIER

Abstract:

A teoria de comunicação social, ao examinar a cultura do compartilhamento nas redes P2P fluindo no ciberespaço, sugere uma noção tecnológica do conhecimento. Entretanto a sociologia do conhecimento no século XX, como disciplina das ciências humanas, nos faz lembrar a indispensabilidade do espaço da sociabilidade na compreensão mesma do termo conhecimento.

¹² Sob o título de "Tópicos Para Uma Reflexão Sobre A Teoria de Comunicação Social (relações entre tecnologias da informação e sociedades)", uma primeira versão em quinze páginas -pdf- da pesquisa em curso que me levou ao presente artigo ora aperfeiçoado, está publicada em <Sala de Lectura CTS+I; sección Sociedade de Información> da Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura-OEI, datada em 09 de Janeiro 2006 <http://www.campus-oei.org/salactsi/>.



INTRODUÇÃO

O estudioso de filosofia conhece bem a fórmula muito citada para lembrar Spinoza de que não se deve rir nem chorar diante das situações na realidade. Diz-se que o filósofo pretendeu com isto pôr em relevo a liberdade intelectual, embora tenha igualmente revelado certo afeto pelos valores na sua escala formalista dos níveis do conhecimento, tão bem analisada e mais ainda interpretada pelo insuperável León Brunschvicg (1869-1944).

Seja como for, a lembrança de que o avanço do conhecimento positivo liga-se a uma atitude livre de conceitos gerais ou sem pré-concepções é uma consideração oportuna quando se tece algum comentário sobre a reflexão da sociedade de informação. Isso porque não será difícil ao leitor atento sugerir, de si para consigo, uma coloração vistosa, como se contemplasse uma corrente de um pensamento satisfeito em espelhar-se no esplendor dos recursos inovadores -- na pegada do qual uma pessoa pode sentir-se estimulada a exercer-se no prolongamento dos instrumentos das tecnologias da informação e da comunicação.

Todavia, um espanto admirado talvez pudesse afetar o nosso leitor de mirada curiosa caso se perguntasse pela corrente contrária, a do pensamento insatisfeito. Veria que para alcançá-la, ou somente buscá-la, já se encontraria em meio aos temas da reflexão da sociedade de informação, e, dentre estes, não somente aqueles voltados para configurar a inovação, como os que tratam da descrição e conceitualização do ciberespaço, mas, de uma maneira geral, em meio às relações entre tecnologias da informação e sociedades.

É que, em fato há, via de regra, algo assim como uma predisposição para internalizar o sentimento do avanço e da inovação que, a primeira vista, parece empolgar o pensamento iluminando a sociedade de informação. Nota-se,



sobretudo a preocupação em enfatizar o benefício das tecnologias da informação para o maior número. Não que haja algo de errado com esse tipo de postura pública, mas que, se lembrarmos a máxima do referido Spinoza, iremos constatar que o filósofo não está sendo ouvido. “É claro!” - diria um interlocutor satisfeito: “nem houvera por que ouvi-lo se o assunto é instrumental e não um fim em si mesmo”.

Mas aí, nesse caso, não há reflexão, não há meios de chegar a um pensamento de compreensão e explicação, e a sociedade de informação não teria outra realidade que a dos grupos de interesse e das estratégias de investimento secundando as instâncias planejadoras, restando equívoca, deslocada, sua pretensão cultural como imagem do utilitário. Mas nem tudo é um mar de rosas e a voz do filósofo que fez da substância metafísica uma via até o caminhar do homem moderno como subjetividade se faria ressoar naquelas outras miradas mais distanciadas, a enfocarem a sociedade de informação desde suas fronteiras, sem rir nem chorar, no caso, sem redução das relações entre as tecnologias da informação e as sociedades, mas, ao contrário de qualquer simplificação, reencontrando-as numa morfologia aberta às significações humanas.

Por nossa parte, se é fato que sem a comunicação social não há cultura, como é sabido, será, pois de bom alvitre começar nossa aproximação acolhendo as indagações a este respeito, atentos à Metodologia do pensar teórico neste domínio e às brechas suscitantes para a sociologia do conhecimento.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

/Primeira Parte/

Utilitarismo e Internet

A teoria de comunicação social se afirma dentro da sociedade de informação e não vê o pluralismo cultural e lingüístico.

A teoria de comunicação social se insere no contexto da cultura da tecnologia como fenômeno social global (cultura na medida em que se trata de apreensão do ciberespaço como redes de redes) levando ao surgimento da sociedade de redes de informação, como consagração do princípio da virtualidade real, de que nos falou Manuel Castells (Castells, 2003). Ela dá expressão ou reflete esse processo de formação, e o faz voltada para a indústria cultural (esta é mais antiga, vem dos anos vinte) que é um dos setores dessa cultura da tecnologia (em inelutável expansão desde os anos cinquenta).

A sociedade de redes de informação é uma unidade coletiva surgida com o desenvolvimento tecnológico, cuja obra a realizar é o desenvolvimento das tecnologias da informação para o que, conforme assinalou Vicente Ortega em artigo de TELOS em 2004, articula os três âmbitos mencionados por Arnold Pacey no livro *The culture of technology*, publicado em 1983.



Em acordo com esse autor, as relações entre as tecnologias e as sociedades dão lugar a um sistema combinando “tres ámbitos o aspectos: el científico-técnico, el organizacional y el cultural. El primero incluye el conocimiento científico-técnico experimental, los procedimientos y habilidades técnicas, las fuentes de energía, los recursos naturales, las máquinas, aparatos y herramientas, etc. El segundo ámbito engloba los conocimientos y las actividades económicas y empresariales, sindicales y profesionales, las administraciones públicas y organizaciones de consumidores y otros aspectos parecidos propios del mundo de la economía, los servicios y la gestión. Por último, el ámbito cultural comprende aspectos más generales e indefinidos como los fines, los valores, las creencias, las costumbres, las ideas de creatividad, riesgo, progreso, etc., que constituyen el caldo de cultivo predominante en una determinada sociedad”.

A sociedade de redes de informação aparece como instância do “desarrollo tecnológico sostenible de las tecnologías de la Información”, sendo representada em seus fins ideais (1)-como foco de “nuevos tipos de información y nuevos servicios que contribuyen a un cambio de hábitos culturales que tienden a modificar los comportamientos sociales”; (2)-como un “estadio del desarrollo de la sociedad caracterizado por la capacidad de sus miembros –individuos, organizaciones e instituciones– para crear, procesar, comunicar, obtener y compartir libremente cualquier tipo de información, en cualquier lugar y en cualquier momento”; (3)- a que se conjugam, como necessárias, “las infraestructuras, sistemas y servicios de telecomunicaciones e informática, es decir las tecnologías propiamente ditas”⁽¹³⁾.

¹³ A noção de uma cultura da tecnologia foi posta em relevo, dentre as publicações eletrônicas em língua espanhola, por Vicente Ortega, numa reflexão proposta a partir do mencionado livro de Arnold Pacey. Segundo V. Ortega, trata-se ali de promover o conceito moderno de tecnologia, como *visión multidisciplinar* da qual são aspectos conjugados a comunicação (sem a qual não há cultura), a tecnologia e a sociedade. As relações entre tecnologias e sociedades dão lugar a um sistema combinando “tres



Portanto, em seu caldo de cultivo, a sociedade (de redes) de informação afirma uma ideologia ou um discurso como expressão de seu vínculo estrutural e recíproco ao desenvolvimento das tecnologias da informação. É desse “caldo de cultivo” que, como veremos adiante, participa a teoria de comunicação social na medida em que, por sua vez, se afirma dentro da sociedade de informação e não vê as sociedades além desta, como o pluralismo cultural e linguístico, por exemplo, que escapa ao domínio da teoria de comunicação social.

A sociedade da informação é um aprofundamento na cultura da tecnologia (consagra como foi dito o princípio da virtualidade real). Todavia é preciso levar em conta que a apreensão do ciberespaço, base dessa cultura da tecnologia, não se dá indiferentemente aos conteúdos comunicados, aos temas percebidos (como as próprias relações entre tecnologias e sociedades), às línguas ou às significações em elas e por elas apreendidas (as criações e os produtos segregados no ciberespaço, como virtualidades reais, desdobram-se desses conteúdos, desses temas percebidos, ainda que se possa observar o surgimento da atividade de “*conteudista de software*”, invertendo aparentemente a ordem das funções, mas consagrando a prioridade e a anterioridade dos conteúdos).

A teoria de comunicação social como discurso da cultura da tecnologia voltado para apreciar as situações surgidas nas redes de redes trata seu objeto (a mensagem, o *medium* [bem público], a mídia) sem considerar as línguas em que as informações são comunicadas em texto, nem a determinação que a particularidade das línguas impõe aos conteúdos ou constitui os conteúdos. Dá por suposto que a língua dos conteúdos informativos é tão formal ou indiferente quanto os algoritmos da linguagem tecnológica ou digital

âmbitos o aspectos: el científico-técnico, el organizacional y el cultural (Ortega, 2004).



que constitui o *medium* (software, por ex.). Supõe um monismo da língua nas informações. Neste sentido, a recolocação do tema e do problema das relações entre tecnologias e sociedades, acentuando o aspecto da variedade nessas relações, passa pela discussão sobre a teoria de comunicação social em face do pluralismo cultural e lingüístico.

Note-se que do ponto de vista do pluralismo há uma relativa autonomia dos conteúdos, sendo legítimo tratar ou classificar as informações desde o aspecto temático e distinguir assim, por diferença da sociedade da informação à qual estão ligadas como as suas regiões diferenciais, as sociedades do saber, nas quais os conteúdos informativos são realçados nas classificações variadas, em face dos critérios exclusivamente tecnológicos ou das situações econômicas típicas resultantes das dinâmicas das redes de redes na Internet.

O pluralismo cultural e lingüístico torna possível perceber ou dar expressão às relações entre tecnologias e sociedades com anterioridade ao sistema da cultura da tecnologia (os três âmbitos mencionados), isto é, como sendo um conjunto de relações que não se reduz ao nível do que é produzido nesse sistema, mas introduz um princípio de variabilidade no mesmo. Tal o quadro de referência que permite uma apreciação crítica das premissas na teoria de comunicação social.

O pluralismo cultural e lingüístico é uma realidade sociológica independente e individualizada, não é um produto da cultura da tecnologia embora lhe seja transversal ou interveniente.

Seja como for, podemos constatar que o estudo das relações entre tecnologias e sociedades sendo feito com atenção ao pluralismo, leva a assinalar não só várias ambigüidades no sistema da cultura tecnológica, mas, por esta via,



permite realçar certas alterações na linha do desenvolvimento das tecnologias da informação. Lembrem a respeito disto que: *“la posición de fuerza de los medios de comunicación en el comercio externo está relacionada, por un lado, con la buena comercialización de sus productos (cine, radio-televisión, vídeo) y, por otro, con la capacidad que tienen éstos para generar audiencias sobre la base de una relación calidad/precio competitiva. Pero en ambos casos dependen en su mayor parte de las características del mercado interno”*.

“El año 2001 estuvo marcado por un neto decrecimiento del mercado mediático tras diez años de continua expansión. La causa principal fue la reducción de un 6,2 por ciento de la inversión publicitaria. La crisis alcanzó al uso instrumental de los productos de la industria del copyright pero no a su mercado de consumo, que en su mayor parte continuó creciendo. A pesar de la fuerte caída de las inversiones publicitarias –que no se había registrado de forma tan pronunciada desde la II Guerra Mundial– el gasto de los consumidores en medios de comunicación continuó creciendo, registrando un aumento del 6,5 por ciento con respecto al año precedente (cf. Richeri, 2004).

“La importancia estratégica de las industrias del copyright no solo se debe a que se trata de uno de los segmentos más dinámicos de la economía estadounidense, o al hecho de que hoy parece desempeñar, en el desarrollo económico general, el mismo rol que la industria pesada en épocas pasadas. Su importancia se debe sobre todo al hecho de que esta industria ha alcanzado un nivel de expansión internacional muy elevado, y al hecho de que sus productos –mucho más que cualquier otra clase de producto se caracterizan por su doble valor económico y socio-cultural” (ib. ibidem).

E este autor mencionado nos lembra que a relevância dessa última característica “es evidente si se tienen en cuenta las iniciativas que la Unión Europea está tomando para reforzar la competitividad de sus productos y para ele-



var las barreras de entrada a los productos norteamericanos” (ib.ídem).

A indústria do copyright tornou-se vulnerável em consequência das redes P2P

Constata-se a vulnerabilidade da indústria do copyright como consecuencia del uso de Internet para intercambiar y distribuir gratuitamente ‘entre pares’ (peer to peer) nas redes P2P, atingindo não só aos CD musicais, mas “con el desarrollo de las redes de banda ancha, a otros sectores como el de la industria cinematográfica” (ib.ídem).

Desta forma, chega-se à conclusão de que “estas nuevas formas de liberación espontánea de los flujos internacionales de “información”, como consecuencia del desarrollo de las redes y servicios de telecomunicaciones, plantea nuevos problemas al menos sobre dos frentes: el de las empresas que poseen y gestionan el copyright y ven amenazados sus ingresos; y el no menos importante relacionado con el incremento de los desequilibrios en los intercambios internacionales, los cuales se profundizarán a través de las nuevas redes y serán difíciles de evaluar y regular, como lo viene intentando la Unión Europea desde hace tiempo” (ib.ídem).

► De fato, é neste ponto que a teoria de comunicação encontra o tema que lhe dá projeção como teoria conjectural.

O estudo das redes de redes introduz na sociedade de informação um quadro diferencial que exige uma apreciação mais ou menos profunda para ser compreendido. Aos olhos da teoria de comunicação os “programas peer-to-peer (P2P), como eMule, Gnutella, eDonkey, BitTorrent e outros tantos permitiram que, de conteúdos compartilhados nos servidores, a rede se estendesse, desde a base dos 340 milhões de computadores ligados à rede (junho de 2005) para os computadores pessoais dos usuários da rede, ou



seja, estendendo o intercâmbio de conteúdo para outras 910 a 940 milhões de máquinas em uso (e-Forecast, 2005). Trata-se de uma quantidade gigantesca de informação que flui de forma descentralizada e frenética pela rede” (apud Machado, 2005).

No estudo dessa situação da indústria cultural na sociedade de informação e por efeito desta, a teoria de comunicação social não só nos oferece uma descrição da mentalidade no círculo social dos administradores e usuários das redes de redes, à qual chama “**cultura do compartilhamento**”, mas por esta via, nos deixa ver uma noção do conhecimento como conteúdo impresso/gravado comunicado nos produtos da indústria cultural (o que nos anos sessenta e setenta chamava-se “*mensagem*” - *o meio é a mensagem*), mas bastante submetido ao ponto de vista da tecnologia da informação e ao aspecto quantitativo.

Mas não é tudo. A Teoria de Comunicação Social põe em relevo as mudanças verificadas no complexo sistema de produção, distribuição, logística, planejamento que envolvia as relações entre o produtor/autor e o consumidor na indústria cultural. Tomadas em conjunto, as tecnologias da informação e comunicação e a dinâmica da Internet, tanto pela introdução do suporte virtual quanto pela expansão das redes “P2P”, tiveram várias conseqüências levando a quebrar o elo em torno da função de fazer o conhecimento/informação/mensagem chegar ao cidadão/consumidor que, via de regra, era uma função assumida pelas editoras e gravadoras com suporte convencional. As tecnologias da informação e comunicação e a dinâmica da Internet colocaram em cheque a propriedade do conhecimento, pois “**qualquer obra humana que possa ser convertida em bits pode ser reproduzida indeterminadas vezes e facilmente distribuída**”; Em face dessa qualidade/quantidade, inverteu-se o procedimento da comercialização passando-se a falar mais em “vender o suporte do que a informação”, tendendo-se a “pagar apenas pelos átomos”; Observou-se o surgimento nesse âmbito digital de “uma comunhão de bens



culturais, técnicos e científicos considerados ‘públicos’ (...) em que **“o único constrangimento para a reprodução e distribuição deve ser o controle pelo autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito de sua propriedade intelectual e devida citação”** (ibidem Machado, 2005).

Portanto, afirma-se a exigência de rever os papéis econômicos, para o que a teoria de comunicação social sugere que o contexto configurado pelos programas *peer-to-peer* (P2P) seja tomado como modelo. Quer dizer, estaríamos diante de um contexto em que *“a informação e, principalmente, o conhecimento são tanto insumos como produtos cada vez mais importantes para a produção cultural, econômica, artística, intelectual e, assim, para o desenvolvimento econômico e social”*, estabelecendo-se a configuração de *“um novo paradigma da difusão e construção do conhecimento”*, o qual seria observado no *“compartilhamento através das redes de criação e inovação”*, o qual a teoria de comunicação social torna seu modelo principal de análise e interpretação, seguinte: *O compartilhamento do conhecimento tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos. As modernas tecnologias de informação e comunicação proporcionam ferramentas inovadoras para o intercâmbio de conhecimento em nível global e em tempo real; Consolida-se cada vez mais uma cultura do compartilhamento, baseada principalmente nas comunidades de interesses e, cada vez mais, na troca entre particulares – nas redes do tipo P2P* (ibidem Machado, 2005).

Na realidade, o que a teoria de comunicação social quer dizer quando nos fala de um novo paradigma de construção do conhecimento não é tanto o fato de que as tecnologias da informação possibilitam que o conhecimento técnico seja construído em seus conteúdos lógico-numéricos pelas próprias ferramentas tecnológicas, ou que as tecnologias sejam construídas pelas próprias tecnologias (os computadores constroem computadores, robôs constroem robôs). Antes disso, é sugerido simplesmente que, ao quebrar-se o elo convencional em torno da função de fazer o conhecimento, a informação e a mensagem cheguem ao consumidor, no-



ta-se que a difusão desse conhecimento tal como disponibilizado na indústria cultural passa a sofrer os efeitos das redes de redes, de tal sorte que *“o compartilhamento desse conhecimento tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos”*.

Portanto, a noção de *“construção”* do conhecimento é empregada no sentido preciso de que o conhecimento/informação/mensagem não é mais imposto desde cima pela indústria cultural, mas o usufruto do mesmo, como conteúdo impresso/gravado socialmente comunicado, resulta do círculo dos administradores e usuários das novas tecnologias da informação, sobretudo do compartilhamento e das trocas entre os particulares, incluindo a que decorre das novas redes de redes P2P.

O usufruto do conhecimento/informação/mensagem resulta do círculo social dos administradores e usuários das novas tecnologias da informação e não é mais imposto desde cima pela indústria cultural.

Admite-se, então, que tais "conhecimento e informação e mensagem" assim difundidos e desfrutados, em redes de redes, introduzem novas referências para a compreensão dos papéis na indústria cultural, já que, por sua vinculação direta aos meios tecnológicos de difusão da informação, ou como extensões desses meios, sobretudo pela magnitude do seu volume e rapidez, aquele conhecimento adquire um **valor econômico** próprio que anteriormente não se verificava.

Daí falar-se em conhecimento-insumo e em conhecimento-produto para chegar a uma análise dessa situação em que, como disse, *“uma quantidade gigantesca de informação flui de forma descentralizada e frenética pela rede”*.



Quer dizer, trata-se de uma configuração particular do conhecimento técnico, como atividade de selecionar e classificar as informações recebidas das redes com o fim de fabricar, confeccionar ou elaborar produtos que retornem as informações para as redes, num encadeamento sucessivo e ininterrupto, no qual toda a informação já é um conhecimento técnico, já é uma atividade de selecionar e classificar informações em redes, conhecimento este tornado informação por seu estatuto duplamente instrumental nessa corrente circular (a informação como conhecimento-insumo e conhecimento-produto e vice-versa) e todo o consumidor ou usuário vem a ser de alguma maneira autor e produtor cultural e vice-versa, com todos esses papéis revertendo em benefício do desenvolvimento sustentado das próprias tecnologias da informação.

Tal o seu valor econômico. Portanto, a novidade não é tanto o **incremento** do conhecimento técnico, que já é predominante nos tempos modernos, mas sim a mudança dos papéis econômicos na indústria cultural em decorrência desse incremento, papéis que como já o dissemos passam a reverter em benefício do desenvolvimento das tecnologias da informação /comunicação, pressionando não só a indústria cultural, mas toda a indústria do copyright.

A representação do conhecimento como insumo ou produto promove os valores do utilitarismo.

A teoria de comunicação social sofre, pois, os efeitos dessa pegada das tecnologias da informação/comunicação e nos deixa ver seu componente discursivo na sua própria maneira de formular tal configuração particular de um conhecimento técnico com acréscimo de valor no sistema cognitivo. Ela o representa em termos de “conhecimento-insumo” e “conhecimento produto” e promove desse modo, nessa representação, os valores do **utilitarismo** (não é tanto o conhecimento que importa, mas a utilidade da ativi-



dade classificadora –como insumo– para o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, considerado como um progresso benéfico).

Ou seja, em face da potenciação do conhecimento técnico como atividade classificadora em redes, diretamente exercida no prolongamento das próprias tecnologias da informação e em benefício do desenvolvimento destas, e que, portanto, pode ser definida como uma atividade tecnológica cabe indagar se, ao conceituar tal atividade classificadora em redes como conhecimento-insumo - um valor econômico ou sócio-econômico -, a teoria de comunicação social não estaria incorrendo numa projeção pelo **utilitarismo** para o domínio dos símbolos sociais daquela potenciação do conhecimento técnico? Não estaria revalorizando uma “*noção tecnológica do conhecimento*” (atividade tecnológica impulsionando o desenvolvimento das próprias tecnologias da informação) ao invés de sua compreensão sociológica? (Neste sentido, a “*cultura do compartilhamento*” seria o modo pelo qual o desenvolvimento das tecnologias da informação se beneficia da mudança dos papéis na indústria cultural e vice-versa).

A “cultura do compartilhamento” seria o modo pelo qual o desenvolvimento das tecnologias da informação se beneficia da mudança dos papéis na indústria cultural e vice-versa.

Não que a projeção pelo utilitarismo careça de procedência ou deva ser repelida como estranha ao objeto da teoria de comunicação social. Pelo contrário: antes de prejudicar a mirada sobre a mídia e as tecnologias da informação, o utilitarismo moderno a favorece, na medida em que constitui uma filosofia pública preconizando que “*as ações públicas só possam ser julgadas pelas conseqüências benéficas que elas possam ter*” para a vida em comum.



Como se sabe, a defesa de um 'utilitarismo liberal' como filosofia pública é notada por alguns estudiosos como uma idéia que já pode ser encontrada em John Stuart Mill.

Admite-se o seguinte: (a) que o fato do “*utilitarismo não incentivar o cumprimento indiscriminado de promessas e a expressão da verdade*”, embora seja fatal no nível social, seria pelo menos aceitável no nível político-público; (b) que a noção vaga de “*felicidade*” ali adotada seria um modo de criar “*um espaço de negociação entre interesses diferentes e conflitantes, respeitando as tendências pluralistas das sociedades contemporâneas*”, tanto mais que “*a variedade das escolhas aumenta a possibilidade da felicidade, principalmente numa sociedade pluralista*”; (c) que o *utilitarismo das ações* ao nível moral é ineficaz e tem resultados contra-intuitivos [o *imperativo de que cada ação deva ser ponderada de forma que maximize a felicidade do maior número não garante contra os abusos*]. (d) que o utilitarismo liberal é um utilitarismo político que pode (deve) ser eficaz e cujos resultados contra-intuitivos são bloqueados pela sua vertente liberal.

Por fim, admite-se que as idéias de democracia, progresso, direito à escolha são três idéias enraizadas na cultura pública que podem ser explicadas em termos utilitaristas [a *democracia pode ser vista como uma espécie de Utilitarismo aplicado, na medida em que, sendo o governo da maioria, defenderá os interesses do maior número*]. Assim sendo, o utilitarismo liberal está longe de ser uma proposta inconsistente e a idéia de que uma das funções da política é promover o bem-estar humano encontra nele uma justificação teórica adequada “¹⁴” (Bizarro 2001).

¹⁴ Aproveito aqui os comentários de Sara Bizarro que se apóia, dentre outros, em Goodin, Robert E, *Utilitarianism as a Public Philosophy*, Cambridge University Press, 1995, e sustenta as seguintes conclusões: “nas discussões acerca do utilitarismo muitas vezes ataca-se exclusivamente a sua versão clássica ignorando o utilitarismo liberal de John Stuart Mill”. O utilitarismo liberal das *ações* escapa aos paradoxos propostos pelos críticos do utilitarismo [não conseguiria evitar a 'veneração das regras' e deixaria de ser utilitarismo]. O utilitarismo das



A atividade que se desenrola em prolongamento da ferramenta tecnológica incorpora um incremento estranho aos juízos cognitivos.

Do ponto de vista da sociologia, o termo conhecimento não é utilizado para representar atividade de outra ordem nem encobre afirmação de valores morais ou filosóficos. Do que foi dito acima, a atividade de selecionar e classificar as informações recebidas das redes com o fim de fabricar, confeccionar ou elaborar produtos que retornem as informações para as redes, é, com certeza, conhecimento técnico, mas se essa atividade, assimilando um **incremento** de ordem tecnológica, pode ter o efeito de beneficiar o desenvolvimento sustentado das próprias tecnologias da informação e vice-versa é um valor sócio-econômico que já extrapola e é exterior ao nível do conhecimento propriamente dito, ainda que ao mesmo apareça acoplado.

A atividade que se desenrola em prolongamento da ferramenta tecnológica incorpora um incremento estranho aos juízos cognitivos. Ainda que se possa falar de “apreensão” relativamente ao ciberespaço, do ponto de vista dos conteúdos lógico-numéricos, está claro que não se trata das amplitudes concretas apreendidas na experiência humana, base dos objetos do conhecimento, haja vista a parte que cabe às máquinas inteligentes em tal “apreensão”. A sociologia do conhecimento, como disciplina das Ciências Humanas, já mostrou que a capacidade cognitiva de encontrar correlações e tirar inferências gera-se no espaço da sociabilidade, no qual está mergulhado o mundo exterior da percepção, espaço que já é apreendido nos Nós, forma esta

regras reduz-se de facto ao utilitarismo das acções, mas o utilitarismo liberal é um utilitarismo das acções capaz de bloquear os efeitos contra-intuitivos graças a sua vertente liberal.



que, por sua vez, constitui o primeiro foco da experiência humana (ver: Gurvitch, 1962).

De fato, de acordo com esta orientação, na elaboração da explicação em sociologia, o sociólogo descreve e aplica os diversos procedimentos relativista-dialéticos de intermediação que ele encontra na própria realidade social descoberta, para fazer ressaltar o acordo ou desacordo do conhecimento em correlações funcionais com os quadros sociais.

Essa atitude de descrever correlações exclui qualquer “*invencionismo*” e não induz a “*deformação*” alguma, mas pode certamente favorecer a diminuição da importância do *coeficiente existencial do conhecimento* pela tomada de consciência. A liberdade humana seja a de escolha, de decisão ou a de criação, antes de se limitar ao indivíduo, em particular ao sociólogo, se afirma também nas manifestações coletivas as quais, elas mesmas, estruturam a realidade social a qual, por isso, só pode ser descoberta pelo sociólogo (e não inventada).



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

/Segunda Parte/

Sistemas Cognitivos e Quadros Sociais

A sociologia do conhecimento, como disciplina das Ciências Humanas, já mostrou que a capacidade cognitiva de encontrar correlações e tirar inferências gera-se no espaço da sociabilidade, nas amplitudes concretas, no qual está mergulhado o mundo exterior da percepção, espaço que já é apreendido nos Nós, como o primeiro foco da experiência humana, mas que não se verifica na apreensão do ciberespaço.

A “nova” sociologia do conhecimento no século XX, desse modo aqui apresentada, que está desenvolvida notadamente ao longo da monumental e elucidativa obra do mencionado Georges Gurvitch (em especial: Gurvitch 1962; 1968; 1969) nos oferece a compreensão dos sistemas cognitivos e empreende a análise das classes e formas do conhecimento aportando uma teoria sociológica indispensável para estudar as variações do saber, intensificadas hoje em dia com o crescimento da sociedade de informação.

Em sociologia, os sistemas cognitivos compreendem diferentes hierarquias de “*classes do conhecimento*” entrecruzadas com as diferentes “*acentuações das suas formas*”



observadas no âmbito mesmo das primeiras, como veremos adiante. No centro da sociologia do conhecimento estão, pois, os estudos das estruturas sociais, já que nelas o saber está em correlações funcionais e, assim, como sistema cognitivo, desempenha um papel de argamassa, juntamente com as demais obras de civilização (moralidade, direito, educação, etc.) – sendo tal “*papel cimentador*” que se refere à noção de regulamentações sociais (ou “controles”), papel este que não deve ser confundido com as obras de civilização elas próprias, as quais ultrapassam este seu “*papel*” (lembre-se que os seguidores do neo-hegeliano e fundador bem conhecido desta disciplina nos anos vinte Karl Mannheim identificaram erroneamente o papel de argamassa das obras de civilização a uma função conservadora de adaptação do espírito às situações históricas).

A análise diferencial desenvolvida pela sociologia do conhecimento em sua “*démarche*” vai das classes do conhecimento mais espontaneamente implicadas na realidade social para aquelas mais implicadas na engrenagem das estruturas sociais e permite assinalar as diferenças nas fases por que passam os sujeitos sociais para se constituírem como tais, isto é, para se afirmarem como intermediários e se objetivarem nos quadros sociais.

Em realidade, o sequenciamento praticado nesta análise diferencial é uma via de mão dupla, e a configuração dos quadros sociais é marcada pela ambigüidade e pela ambivalência dialéticas, de tal sorte que os próprios intermediários ora são pendentes mais para a função simbólica, ora mais para a função social real, dependendo das situações de fato, isto é, conforme a perspectivação sociológica do conhecimento. Portanto, o “*salto qualitativo*” por trás da configuração dos quadros sociais não é totalmente irreversível e quando se verifica a objetivação da funcionalidade o estágio “menos complexo” da tomada de consciência permanece em tensão, sem síntese conclusiva – como se pode ver, por exemplo, no caso da “*distinção sutil*” observada por Ralf Dahrendorf (1974, págs. 114 a 117), em que o conhe-



cimento de senso comum permanece atualizado no âmbito do público da ciência, como quadro social.

O conhecimento perceptivo, de outro e o de senso comum, os mais profundamente implicados na realidade social são estudados no âmbito da hierarquia em classes do conhecimento, havendo, todavia, uma lógica bem marcada na seqüência com que figuram nesta análise – já que o conhecimento perceptivo do mundo exterior é privilegiado e como disse dá conta das perspectivas recíprocas, sem as quais não há funções sociais, enquanto os demais já são classes de conhecimento particular, já são funções correlacionadas dos quadros sociais e pressupõem aquele.

Tal seqüência é observada, entretanto, sem que haja qualquer atribuição de valor, mas apenas a constatação de que a simples manifestação dos temas coletivos, como conjuntos complexos e abertos, é diferenciada em fatos através da colocação em perspectiva sociológica do conhecimento perceptivo do mundo exterior, de outro e o de senso comum.

Em resumo: onde se verifiquem essas classes de conhecimento profundamente implicadas na realidade social descobre-se como disse a simples manifestação dos temas coletivos – os Nós, os grupos, as classes sociais, as sociedades.

Desta sorte o conhecimento aparece como obstáculo, como aquilo que suscita os esforços e faz participar no real – daí sua efetividade como regulamentações ou "controles" levando à configuração da funcionalidade dos quadros sociais em sua reciprocidade de perspectivas, aos quais são aquelas classes do conhecimento as mais espontaneamente ligadas.

O saber em correlações funcionais nas estruturas sociais constitui os sistemas cognitivos e desse modo, junto com as demais obras de civilização como a moral, a educação, o



direito, desempenha o papel de argamassa dos elementos estruturais (controles sociais).

Já o conhecimento técnico, o político, o científico e o conhecimento filosófico são estudados exatamente nesta sequência conforme as suas diferenças específicas ---- guardam seus segredos — como classes de um conhecimento particular, igualmente implicadas na realidade social, mas de um modo específico inseridos na engrenagem das estruturas.

Ademais, nesse caráter estrutural específico do conhecimento, sua distributividade em função dos seus próprios segredos trata conhecimentos que exigem quadros de referência, exigem as interpretações das funções e, portanto, servem à marcha dos temas coletivos preferencialmente lá onde se atualiza a tomada de consciência em suas conceituações e simbolizações.

Quer dizer, no tocante ao conhecimento técnico, ao político, ao científico e ao conhecimento filosófico, assinalam que a colocação dos mesmos em perspectiva sociológica faz ver preferencialmente o aprofundamento na luta dos temas coletivos como sujeitos da tomada de consciência, compreendendo as massas, as comunidades, as comunhões, os agrupamentos particulares -- incluindo os grupos profissionais, as universidades, os Estados, as Igrejas, as fábricas, os agrupamentos de localidades --, e, em escala propriamente macrosociológica, compreendendo enfim as classes sociais e as sociedades globais, como tipos de quadros sociais do conhecimento em estado de correlações funcionais.

Já tivemos a ocasião de lembrar que os sistemas cognitivos são assim designados por Gurvitch porquanto sejam correspondentes à variedade dos tipos de sociedades globais e suas estruturas parciais ou globais, como quadros sociais, isto é, precisamente como intermediários entre os atos humanos e as obras de civilização.



As acentuações das formas do conhecimento são observadas, portanto, a partir da análise das classes do conhecimento, como correlacionadas aos quadros sociais. Sem dúvida, essas formas se modificam igualmente em função dos quadros sociais e, segundo o caso, podem servir para caracterizar tanto os sistemas variáveis de classes do conhecimento, como cada uma dessas classes em suas relações com os quadros sociais, que a análise deverá precisar.

Trata-se de formas em dicotomias que se encontram diferentemente acentuadas dentro de cada classe do saber, portanto, são as formas de relatividade das classes do conhecimento, das quais o sociólogo estuda as cinco dicotomias seguintes:

- (1) - *o conhecimento místico e o conhecimento racional;*
- (2) - *o conhecimento empírico e o conhecimento conceitual;*
- (3) - *o conhecimento positivo e o conhecimento especulativo;*
- (4) - *o conhecimento simbólico e o conhecimento adequado;*
- (5) - *o conhecimento coletivo e o conhecimento individual.*

Note-se que esta diferenciação das formas do conhecimento segundo dicotomias, revelando a compreensão relativista de que estas formas se apresentam antes como tendências ou matizes, e só excepcionalmente em uma relativa pureza, procedem da constatação de que todo o conhecimento é uma combinação dialética de experiências e juízos.

A sociologia do conhecimento perceptivo do mundo exterior visa resguardar a integridade do mundo exterior em sua relativa diversidade, como condição da experiência humana, "salvando-o" da dominação pelo elemento das imagens, isto é, liberando-o do preconceito da consciência fechada ou idêntica em todos, genérica.

O alcance sociológico de toda essa análise considera as classes do conhecimento cada vez que apareceram em um



quadro social, logo, cada vez como uma classe do conhecimento que estava rechaçada ao último lugar no tipo de sociedade a que correspondiam. Observa-se então que a marcha dos temas coletivos reais se afirma na medida em que *“uma quantidade considerável de percepções, ainda individuais, são controladas e sugeridas por critérios coletivos”* que integram a seleção perceptiva dos objetos. Fala-se então de *“amplitudes concretas”*, como as *“extensões”* opostas às *“tensões características dos diferentes graus da duração qualitativa”*: tal o critério básico da possibilidade da disposição das classes e das formas do conhecimento em um sistema cognitivo.

Desta sorte, no ensino da nossa disciplina, (1) *“o conhecimento perceptivo do mundo exterior se nos apresenta como um domínio privilegiado”*, embora, nesta seqüência, também (2) o conhecimento de outro, dos Nós, dos agrupamentos particulares, das classes sociais e das sociedades; (3) o conhecimento político e (4) certos ramos do conhecimento científico (ciências naturais e ciências humanas, incluindo a história e a sociologia), *“implicam o estudo das amplitudes e dos tempos específicos em que se movem seus objetos”*¹⁵.

Conforme a análise do mencionado Gurvitch, *“o conhecimento perceptivo do mundo exterior afirma como verdadeiro um conjunto coerente de imagens imbricadas em amplitudes e tempos concretos e específicos; sua percepção, a possibilidade de conceituá-las e quantificá-las são muito variáveis”*. Ademais, além de distinguir as percepções e o conhecimento perceptivo, pondo em relevo as amplitudes concretas, - as extensões que Henri Bergson tratou como

¹⁵ Com outras palavras, se o conhecimento aparece em classes, como se fosse uma distribuição de probabilidades, no sentido dos “meios” em “estratificação social”, o estudo das amplitudes e dos tempos de seus objetos dá conta da diferença específica entre os limites de cada classe do conhecimento, quer dizer, nos facultam a qualidade ou caráter desses objetos, bem como os intervalos, as durações em que estão dados a nós.



distintas de sua quantificação em espaços - a análise elaborada por Gurvitch visa resguardar a integridade do mundo exterior em sua relativa diversidade, como condição da experiência humana, “salvando-o” da dominação pelas imagens (própria da superada psicologia baseada na introspecção), isto é, liberando-o do preconceito da consciência fechada ou idêntica em todos, genérica.

Quer dizer, o conhecimento perceptivo do mundo exterior encontra obstáculo na própria “percepção coletiva de amplitudes e tempos em que está situado este mundo” – percepção esta que o próprio conhecimento perceptivo pressupõe. Característica bem notada se tiver em conta que o caráter da extensão na morfologia da sociedade encontra-se enroscado a esta classe do conhecimento perceptivo.

Aliás, ao invés de suprimir a objetividade deste “mundo dos produtos” (incluindo desde os insumos da produção econômica, os recursos, até as tecnologias) que é a base morfológica da consciência coletiva - supressão de objetividade esta que Claude Levy-Strauss exagerou em atribuir a Gurvitch -, a constatação de tal enroscamento faz por acentuar que a morfologia está penetrada por significações propriamente humanas como a força de atração, que não podem passar despercebidas numa mirada exclusivamente quantitativa, mas devem ser alcançadas e aclaradas pelo sociólogo.

O caráter da extensão na morfologia da sociedade se encontra enroscado no conhecimento perceptivo do mundo exterior.

Quando estava “em último lugar”, no quadro da sociedade feudal, o conhecimento perceptivo do mundo exterior alcançando a morfologia tinha como expressões a “ausência de perspectiva na arte, o plissamento das cidades e dos povoados em si mesmos, em sua arquitetura e sua disposi-



ção”, estando assim em acordo com o caráter fechado da mentalidade coletiva naquele tipo de sociedade global.

Podemos assinalar, então, nessa análise em matéria de sociologia do conhecimento, que as amplitudes e os tempos estão entre os obstáculos que suscitam a manifestação e a tomada de consciência dos temas coletivos reais como sujeitos – os Nós, os agrupamentos particulares, as classes sociais, as sociedades globais. É como se a análise procedesse a uma redução das imagens do mundo exterior ao seu elemento mais simples, chegando à observação e descrição do caráter desses “meios” ou amplitudes–tempos em que o mundo exterior está imbricado, referência esta muito perquirida pelos estudiosos da mentalidade coletiva como “história íntima”.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

SUMÁRIOS

ou

Proposições em destaque no texto:

(Na ordem da exposição)

//A compreensão dos temas e problemas da reflexão da sociedade de redes de informação deve evitar a redução das relações entre as tecnologias da informação e as sociedades, em favor de uma compreensão sociológica aprofundada da morfologia. //

//A teoria de comunicação social é voltada para a indústria cultural e reflete o processo de formação da sociedade de (redes de) informação, como consagração do princípio da virtualidade real. //

//As relações entre tecnologias e sociedades dão lugar a um sistema combinando *tres ámbitos o aspectos: el científico-técnico, el organizacional y el cultural.* //

//A sociedade de informação em seu caldo de cultivo afirma uma ideologia ou um discurso como expressão de seu vínculo estrutural e recíproco ao desenvolvimento das tecnologias da informação. //

//A recolocação do tema e do problema das relações entre tecnologias e sociedades, acentuando o aspecto da variedade nessas relações, passa pela discussão sobre a TEORIA DE COMUNI-



CAÇÃO SOCIAL em face do pluralismo cultural e lingüístico.

//

//No estudo das alterações nas relações entre tecnologias da informação e sociedades os números levam em conta o mercado interno e as relações internacionais. //

//Tomadas em conjunto, as tecnologias da informação e comunicação e a dinâmica da Internet, tanto pela introdução do suporte virtual quanto pela expansão das redes “P2P”, tiveram várias conseqüências levando a quebrar o elo em torno da função de fazer o conhecimento/informação/mensagem chegar ao cidadão/consumidor. //

//A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL toma como seu modelo principal de análise e interpretação o fato de que (a) - o compartilhamento do conhecimento tem sido base da inovação e da produção de novos conhecimentos e que (b) - consolida-se cada vez mais uma cultura do compartilhamento baseada principalmente nas comunidades de interesses e, cada vez mais, na troca entre particulares – incluindo as redes do tipo P2P.//

// Nessa atividade de selecionar e classificar as informações recebidas das redes com o fim de fabricar, confeccionar ou elaborar produtos que retornem as informações para as redes, revertendo em benefício do desenvolvimento sustentado das próprias tecnologias da informação, há uma configuração particular do conhecimento técnico com acréscimo de valor no sistema cognitivo. //

// Ao conceituar a atividade classificadora em redes como *conhecimento-insumo*, a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL incorre em uma projeção pelo **utilitarismo** da potenciação do conhecimento técnico, deslocando-o para o domínio dos símbolos sociais. //



//O **utilitarismo moderno** favorece a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL na medida em que constitui uma filosofia pública preconizando que “*as ações públicas só possam ser julgadas pelas consequências benéficas que elas possam ter*” para a vida em comum. //

//A atividade que se desenrola em prolongamento da ferramenta tecnológica incorpora um incremento estranho aos juízos cognitivos. //

//A sociologia do conhecimento como disciplina das Ciências Humanas já mostrou que a capacidade cognitiva de encontrar correlações e tirar inferências gera-se no espaço da sociabilidade, no qual está mergulhado o mundo exterior da percepção, espaço que já é apreendido nos *Nós*, forma esta que, por sua vez constitui o primeiro foco da experiência humana (ver: Gurvitch, 1962). //

//No centro da sociologia do conhecimento estão, pois os estudos das estruturas sociais como quadros sociais, já que nas estruturas sociais o saber está em correlações funcionais e, assim, como sistema cognitivo, desempenha um papel de argamassa, juntamente com as demais obras de civilização – sendo a este “*papel cimentador*” das mesmas que se refere a noção de controles ou regulamentações sociais.//

//O caráter da extensão na morfologia da sociedade encontra-se enroscado ao conhecimento perceptivo do mundo exterior, constatação esta que, ao invés de suprimir a objetividade deste “mundo dos produtos” (incluindo desde os insumos da produção econômica, os recursos, até as tecnologias) que é a morfologia ou base morfológica da consciência coletiva, faz por acentuar que a morfologia está penetrada de significações propriamente humanas que não podem passar despercebida numa mirada exclusivamente quantitativa, mas devem ser alcançadas e aclaradas pela sociologia.//



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

Conclusões

Para fazer frente aos novos temas e novos desafios à compreensão/explicação colocados pela cultura do compartilhamento, a sociologia do conhecimento oferece à TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL o conceito operativo de sistema cognitivo, como instrumento de análise e interpretação capaz de: (a) - Trazer maior precisão ao uso da noção do conhecimento na reflexão da sociedade de redes de informação e, (b) - Levar a uma recolocação mais realista do tema e do problema das relações entre as tecnologias da informação e as sociedades no âmbito da base morfológica da consciência coletiva.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

Bibliografia Comentada:

BIZARRO, Sara: *Utilitarismo Moral & Utilitarismo Político*, Revista Intelecto N°5/ arquivo – Fevereiro 2001, <http://www.geocities.com/revistaintelecto/> pesquisado em 28.12.2005.

DAHRENDORF, Ralf: *Ensaio de Teoria da Sociedade*, Trad. Regina Morel, Revisão e Notas Evaristo de Moraes Filho, Zahar / Editora da Universidade de São Paulo (E-dusp), Rio de Janeiro 1974, 335 pp. (1ª edição Em Inglês, Stanford, EUA, 1968).

CASTELLS, Manuel: *The Internet Galaxy: reflections on the internet, business and society*, Oxford University Press, Oxford (England), 2001. Tradução em português-brasileiro, editora Zahar, Rio de Janeiro 2003;

GURVITCH, Georges (1894-1965): *Los Marcos Sociales del Conocimiento*, Trad. Mário Giacchino, Monte Avila, Caracas 1969, 289 pp (1ª edição em Francês: PUF, Paris, 1966).

Do Mesmo Autor: *Problemas de Sociologia do Conhecimento*, In Gurvitch et Al. "Tratado de Sociologia-Vol.2", Trad.: Ma. José Marinho, Revisão: Alberto Ferreira, Inicia-tivas Editoriais, Porto 1968, págs.145 a 189 (1ª edição em Francês: PUF, Paris,1960).

Do Mesmo Autor: *Dialectique Et Sociologie*, Flammarion, Paris 1962, 312 pp., Col. Science.

MACHADO, Jorge Alberto S.: *Difusão do conhecimento e inovação - o Acesso Aberto a publicações científicas*



PDF; 2005, Gestão de Políticas Públicas, EACH/USP, <http://www.forum-global.de/jm/> , pesquisado em 23.10.2005.

ORTEGA, Vicente: “*Tecnologías y Sociedad de la Información*” - Revista Telos Abril-Junio 2004 || N° 59, Segunda Época.

<http://www.campusred.net/telos/home.asp?idRevistaAnt=59&rev=&rev=>; pesquisada em 28.12.2005.

RICHERI, Giuseppe: “*Una actividad en pleno crecimiento. La industria del copyright en la economía de Estados Unidos*”, Revista TELOS, Julio-Septiembre 2004 || N° 60, Segunda Época <http://www.campusred.net/telos/>.



©2010 by Jacob (J.) Lumier



► Artigo: O Sociólogo diante do Utilitarismo

Notas sobre Durkheim e o altermundialismo

Jacob (J.) Lumier

Sinopse

A oposição de Durkheim à doutrina eudemonista do utilitarismo interessa à crítica ao produtivismo exercida pelo altermundialismo. Em sua obra, essa oposição a qualquer absoluto eudemonista não é episódica, mas fundamental à sociologia da vida moral fundada por ele, cujo desenvolvimento, porém, exige tomar em consideração o aporte de seu continuador Georges Gurvitch.

English version:

Abstract

Durkheim's opposition to the doctrine of utilitarianism as eudaimonism it has an interest to the criticism about the productivism exercised for the alter-globalization. The rejection of eudaimonism as an absolute is not episodic, but basic on sociology of moral life, whose development, however, is offered for consideration of Durkheim's successor Georges Gurvitch.



Spanish version:

Resumen: la oposición de Durkheim (1858-1917) a la doctrina del utilitarismo como eudemonismo tiene un interés para la crítica sobre el productivismo ejercida por el alter-mundialismo. El rechazo del eudemonismo como un absoluto no es episódico, pero básico en la sociología de la vida moral, cuyo desarrollo, sin embargo, se ofrece a la consideración del sucesor de Durkheim, Georges Gurvitch.



Utilitarismo e ecologia

► Como se sabe, as questões públicas são recorrentes e muitas vezes reaparecem combinadas em outras configurações dos temas coletivos sem que nos apercebamos dessa historicidade.

Hoje em dia, com a maior aglutinação dos movimentos sociais junto ao nosso *Fórum Social Mundial – WSF*, inclusive pela Internet¹⁶, acrescido da maior influência junto ao Parlamento Europeu da notável corrente *Europe Écologie – les Verts*¹⁷, notadamente em face da frustração da COP-15¹⁸, a questão pública da ecologia desdobrando-se na indispensável crítica ao produtivismo revela-se um marco de recorrência para contestar devidamente a equivocada atribuição ideológica de valor absoluto à idéia de que "mais bens materiais fazem crescer a felicidade", lema produtivista este em que participa o utilitarismo moderno, como filosofia pública do que tem utilidade para o maior número.

Expandindo-se como mensagem cativante aos progressistas da época, (as idéias de democracia, progresso e de direito à escolha são três idéias que podiam ser explicadas em termos utilitaristas liberais) a influência do utilitarismo no

¹⁶ Veja aqui o link para OpenFSM: <http://openfsm.net/>

¹⁷ Veja aqui o link: <http://www.europeecologie.fr/>

¹⁸ La XV Conferencia Internacional sobre el Cambio Climático se celebró en Copenhague, Dinamarca, del 7 al 18 de diciembre de 2009. Denominada COP 15 («15a Conferencia de las partes»), fue organizada por la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC), que organiza conferencias anuales desde 1995 con la meta de preparar futuros objetivos para reemplazar los del Protocolo de Kioto, que termina en 2012. En la conferencia se acreditaron 34.000 personas entre delegados de los 192 países miembros de la CMNUCC, expertos en clima, representantes de organizaciones no gubernamentales (ONG) y prensa.



século 19 e começos do século 20 não foi somente uma ideologia restrita aos economistas ¹⁹.

Pelo contrário, na medida em que colocou em pauta a questão dos critérios de valor de uma norma, relacionando-a a sua utilidade como imagem de felicidade para o maior número, como se sabe, o utilitarismo suscitou reações em vários meios intelectuais, notadamente entre os sociólogos diligentes como Émile Durkheim (1858 – 1917), o mestre fundador da sociologia, que em sua conhecida obra datada de 1893, ***De la division du travail social***, ali contestou acertadamente o eudemonismo.

Com certeza trata-se de um aspecto pouco explorado no estudo da obra de Durkheim. Além de deixá-lo contra a corrente, sua conhecida oposição ao utilitarismo como questão pública, bem referenciada por seus continuadores como Georges Gurvitch ²⁰, tivera notado alcance em sua elaboração intelectual, especialmente para a sociologia da vida moral, de tal sorte que um comentário aprofundado a respeito disto pudera revelar o interesse deste mestre da sociologia para os movimentos sociais, em época de justo questionamento da ideologia produtivista, como hoje em dia, tanto mais que, ao pesquisar a realidade da consciência coletiva, *Durkheim antecipou o fato de que não há comunicação sem o psiquismo coletivo.*

► Com efeito, a lúcida crítica ao produtivismo comporta preliminarmente duas orientações que simplificando podemos designar no seguinte: (a) "capitalismo verde": admite um crescimento mais desmaterializado, com menos CO₂, por exemplo; e (b) "new deal verde": preconiza como necessário um pequeno decréscimo econômico nos países

¹⁹ El utilitarismo fue propuesto originalmente durante los siglos XVIII y XIX en Inglaterra por Jeremy Bentham (1748 - 1832) e promovido por John Stuart Mill (1806 — 1873).

²⁰ Gurvitch, Georges (1894-1965): "A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas", tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957).



mais ricos. O problema que desafia a ambos é superar o imperativo da busca de crescimento constante a que se costuma associar o Homo Faber.

Faz-se a justa crítica de que todas as formações políticas de direita ou de esquerda partilharam até o começo dos anos 1980 a noção de que a vocação do homem é produzir, fazendo da técnica e da tecnologia o principal instrumento de sua emancipação. O "ideal" entre aspas dessas formações é que o investimento aumente a produtividade do trabalho, e diminua pela utilização das máquinas o tempo socialmente necessário à produção de bens.

Neste sentido, haveria a superar com urgência um culto da produção e da abundância associado à revolução Industrial, com seus efeitos negativos cada vez mais acentuados, tais como a destruição da biodiversidade, a rarefação dos recursos, o aquecimento global, a acumulação de poluições e dejetos para além do limite crítico de regeneração da biosfera, da água dos rios, e de toda a capacidade de recarga do planeta.²¹

Questionam-se os sociólogos históricos pela contemplação da sociedade industrial em suas pesquisas: Max Weber teria se limitado a assinalar no Ocidente as características necessárias ao capitalismo, a que correspondeu o desenvolvimento produtivista, hoje centrado no cálculo do PIB como indicador principal da economia.

Karl Marx é tido por ambivalente, seja ao considerar positivo, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas alimentado pela técnica combinada à ciência, seja, por outro lado, ao tomar por negativo cada progresso da produção como acentuando a opressão dos trabalhadores.

A tomada de consciência dos perigos do produtivismo não teria se anunciado até os anos 1970 quando o parado-

²¹ Efeitos esses mensurados pela "Ecological Footprint" (Huella Ecológica ou Marca Ecológica) de que nos fala o "Living Planet Report 2008"- (veja aqui o link: http://www.panda.org/about_our_earth/all_publications/living_planet_report/)



xo entre um mundo finito e a constrição de um crescimento sem fim emergiu nas conferências internacionais ²².

► Desta forma, a crítica ao produtivismo tem alcance profundo, mostra-se ação transformadora nem só das estruturas, mas dos quadros operativos da ação histórica, como consciência da liberdade: ação concentrada que não somente almeja dirigir a mudança das estruturas a partir de modelos e estratégias, mas busca notadamente redirecionar a economia e o planejamento econômico para os referenciais e medidas ecológicas, em vista de ultrapassar pela implementação dos indicadores "físicos" da ecologia política os procedimentos ecologicamente insuficientes ²³ relacionados ao modelo produtivista de cálculo do Produto Interno Bruto – PIB ²⁴.

Não obstante esse alcance estratégico e sua restrição ao vínculo dos sociólogos com a sociedade industrial (a busca do desenvolvimento econômico e o desenvolvimentismo), e na medida em que contesta a absolutização da idéia de que "mais bens materiais fazem crescer a felicidade", a crítica ao produtivismo encontra base na oposição ao utilitarismo sustentada por Durkheim (1858-1917) em seus comentários interessando a sociologia da vida moral.

Com efeito, deve-se notar que, objetivando notadamente o eudemonismo, a oposição durkheimiana ao utilitarismo não é episódica, mas fundamental, tanto mais se tivermos

²² Segundo Elise Lowy, "la prise de conscience des dangers du productivisme s'amorce avec le concept d'éco-développement lancé par Ignacy Sachs au séminaire de Founex en Suisse en 1971, avec le Rapport Meadows du Club de Rome qui paraît en 1972, ou encore avec la Conférence des Nations Unies sur l'environnement tenue la même année à Stockholm". Cf. *Petite histoire du productivisme*, publié le jeudi 3 janvier 2008 na Web Les Verts <http://economie-social.lesverts.fr/spip.php?article281>

²³ Tais como a "Poupança líquida ajustada" (NAS) do Banco Mundial = Adjusted net savings (NAS) of the World Bank.

²⁴ Isto se pode ver no excelente artigo de 19/06/2009 na seção *economie* junto à Web da notável **Attac France** – Pré-rapport de la Commission Stiglitz, veja aqui o link: <http://www.france.attac.org/spip.php?article10102>



em conta a introdução por Durkheim da noção do **desejável** como indispensável à sociologia ²⁵.

Caso não participasse das questões públicas e assumisse oposição sociológica ao utilitarismo, reforçado este último depois de Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806 - 1873) e que gozava de excepcional prestígio nos meios progressistas da época, como se sabe, Durkheim não seria suscitado à descoberta original do quadro da sociologia da vida moral, a que chegou passando por uma reflexão aprofundada junto com a filosofia de Kant.

Fora-lhe essencial sua recusa da "utilidade" como critério último das ações humanas e como base mensurável de análise das questões políticas, sociais e econômicas. Da mesma maneira, **ao repelir toda a tentativa em estabelecer um absoluto para a vida moral com imposição aos fatos sociais**, tornou-se igualmente indispensável ao notável sociólogo repelir como eudemonismo a pretensão utilitarista em reduzir o valor de uma norma unicamente a sua utilidade como critério de felicidade para o maior número.

► Oposição sociológica esta tanto mais consequente quando se sabe que o utilitarismo liberal está longe de ser uma proposta inconsistente. A idéia de que uma das funções da política é promover o bem-estar humano encontra no mesmo uma justificação teórica adequada (a democracia podendo ser vista como uma espécie de Utilitarismo aplicado, na medida em que, sendo o governo da maioria, defenderá os interesses do maior número).

Sem embargo, a oposição ao utilitarismo e a descoberta do desejável não foram suficientes para Durkheim chegar a consolidar um método operativo e eficaz adequado à sua compreensão da especificidade da sociologia da vida moral, da qual foi fundador.

²⁵ Gurvitch, Georges (1894-1965): "A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas", op. cit.



Como se sabe, Durkheim equivocadamente partilhou com os adeptos da chamada "ciência dos costumes" a crença específica à sociologia herdada do século 19, que projetava a possibilidade de conhecer os fatos e de prescrever normas simultaneamente.

Em maneira ingênua, prolongando-se aos inícios do século 20, naqueles meios intelectuais sociológicos, esperava-se tirar de um conhecimento teórico prévio uma doutrina moral que impusesse objetivos e prescrevesse regras justas de conduta ²⁶.

Compreender a vida moral

Se essa crença limitou o desenvolvimento da sociologia da vida moral, outro será, todavia, o aspecto criticável do método durkheimiano para a determinação da especificidade sociológica do fato moral, notada por seu continuador Georges Gurvitch.

Trata-se de uma insuficiência decorrente da tese falaciosa de que, na competência do sociólogo, é bastante difícil compreender a vida moral como apego e sentimento de pertença aos grupos sociais se a mesma não for equiparada à prática histórica religiosa, isto é, ao hábito, à regularidade e à disciplina, típica dos monges da Idade Média.

► Sem embargo, há nessa orientação criticável um aspecto positivo favorecendo como se verá a ***distinção entre valores culturais e valores econômicos***. É que tal sobrestimação do estatuto sociológico da vida religiosa monacal, como sublimando a moralidade tradicional e a moralidade imperativa – às quais corresponde a predominância dos

²⁶ Cf. Gurvitch, Georges: *Problemas de Sociologia da Vida Moral* in Gurvitch, et al: " *Tratado de Sociologia* - Vol. 2 ", revisão Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto, 1968, 543 págs. (1ª edição em Francês: PUF, Paris, 1960), capítulo III.



mencionados hábito, regularidade, disciplina – dará procedimento à polêmica que, em privilégio desses últimos critérios, Durkheim sustentou justamente contra as morais eudemonistas, onde os mesmos não se encontram valorizados²⁷.

Por sua vez, as doutrinas eudemonistas especulam como se sabe sobre um conteúdo moral suposto unitário e imediato, na idêntica medida em que as mesmas buscam em uma contemplativa natureza humana um absoluto para a vida moral, com imposição lógica aos fatos sociais e às manifestações particulares da sociabilidade: tais as morais do que é útil, do que é técnico, do que dá prazer (hedonismo).

Mas o assunto não é assim tão simples. O aspecto positivo acima assinalado, quando interpretado por sua vez desde o ponto de vista da teoria sociológica revela-se igualmente contraditório.

Se a valorização de hábito, regularidade, disciplina o instruiu em sua polêmica, a razão pela qual Durkheim deixou incompleta sua tentativa em delimitar o domínio da vida moral, seja como apego seja como sentimento de pertença ao grupo social, deve-se exatamente ao privilégio da moralidade tradicional e da moralidade imperativa em suas análises²⁸.

Quer dizer, a incomplementação deixada por Durkheim sobressai quando seus critérios são postos em face de certas referências qualificadoras do fato jurídico, como o são a coação e a sanção, já que o mestre sociólogo não tivera

²⁷ Gurvitch, Georges (1894-1965): "A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas", op. cit.

²⁸ Note-se que, além destes, existem vários gêneros de vida moral que já foram distinguidos pelos adeptos da "ciência dos costumes", sociólogos e historiadores nos inícios do século 20, tais como a propriamente ideológica moralidade das imagens simbólicas ideais, a moralidade dos juízos preestabelecidos, a moralidade de aspiração, dentre outras – como se verá.



conseguido diferenciar destes últimos a sua sugestão em considerar o hábito, a regularidade, a disciplina como critérios específicos dos fatos morais.

Além disso, no rastro dos *deísmos*, o sociologismo durkheimiano (uma metamoral do tipo Platão, Hegel ou Espinosa, com a consciência coletiva identificada ao Bem supremo) dificulta a aceitação de que o problema dos fundamentos da validade dos valores e dos ideais, sua justificação, pertence com exclusividade à filosofia moral, ultrapassando a competência da sociologia.

► É claro que essas insuficiências não prejudicam a contribuição do pensador. Trata-se aqui do mestre dos sociólogos cujo legado é indispensável à teoria sociológica. Para além de qualquer limitação, Durkheim ensina que os *ideais fundamentadores da objetividade dos valores ideais* são eles próprios simultaneamente produtores e produtos da realidade social, a qual desta maneira é penetrada por significações humanas, e não inerte nem exteriorizada como se supõe ser a matéria da Física ou da Química.

Fato este básico, fundamental, pois, em razão de serem integrados na realidade social, e por efeito material dessa integração, os elementos do psiquismo individual e do psiquismo coletivo passam à própria realidade social suas energias ou emanações subjetivas, tornando-a penetrada por significações humanas até mesmo em sua base morfológica²⁹, de tal sorte que a aspiração aos valores não se deixa reduzir ao aspecto mental, mas penetra virtualmente a realidade social inteira, com expressão privilegiada nas formas de sociabilidade (devidamente estudadas em microssocio-

²⁹ Tais as mencionadas *amplitudes concretas* dos objetos do conhecimento perceptivo, de que Gurvitch já fez a verificação e relatou em sua obra "*Los Marcos Sociales del Conocimiento*", tradução Mário Giacchino, Caracas, Monte Avila, 1969, 289 págs (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1966).



logia, que, mediante o recurso da dialética, vem a ser descoberta na formação dos grupos sociais)³⁰.

Mas não é tudo, da efetividade da integração como faticidade humana imprimindo a diferença específica da realidade social – imanência recíproca do individual e do coletivo – decorre a propriedade básica em teoria sociológica de que a consciência coletiva seja uma consciência aberta às influências do ambiente, toda a tomada de consciência implicando as atitudes coletivas como disposições para reagir em comum (que, desta forma, são fenômenos não inteiramente apreensíveis, criações em fluxo, e Gurvitch as designará "fenômenos sociais totais completos e soberanos"³¹).

Os ideais em sua eficácia motora são elementos constitutivos da coletividade e emanam dela – daí Durkheim falar de coletividade de aspiração, lá onde se trata de aspiração aos valores como qualidade não-objetivada da consciência coletiva³².

Orientação de Durkheim

► Em seu pensamento objetivo Durkheim compreende os ideais em maneira descritiva como obstáculos (apreendidos, no sentido em que comparativamente o são as amplitudes concretas do conhecimento perceptivo do mundo exterior),

³⁰ Cf. Gurvitch, Georges: "*Dialectique et Sociologie*", Paris, Flammarion, 1962, 312 págs, col. Science.

³¹ Ibid, ibidem.

³² Lembro que P. Berger e T. Luckmann reconhecem essa qualidade não-objetivada sob a noção de desreificação em sua obra "*A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*", trad. Florianos Fernandes, Rio de Janeiro, editora Vozes, 1978, 4ª edição, 247 pp. (1ª edição em Inglês, New York, 1966).



supondo o critério sociológico de sua resistência justamente à penetração pela subjetividade coletiva como o complexo psicossociológico das significações humanas (ou "coletividade de aspiração", no dizer de Durkheim, como vimos, que aí inclui as crenças coletivas), levando-o a conceber os ideais exatamente como os termos motores dessas aspirações, seus focos irradiadores.

Diferentes dos valores baseados no critério da utilidade, como os valores econômicos costumam mostrarem-se, aqueles outros valores chamados culturais, compreendidos por Durkheim como valores ideais ou fundados nos ideais podem ser definidos do ponto de vista da sociologia da vida moral (considerada esta última em sua autonomia e em sua especificidade) em termos de instrumentos de comunhão social (no sentido da mais intensa imanência recíproca entre o individual e o coletivo na sociabilidade de um Nós o mais constricto) e princípios de incessante regeneração justamente para a vida nos ideais, podendo ser comparados a ímãs que atraem e merecem atrair a "vontade" ou esforços humanos convergentes.

Como se sabe, a orientação para a sociologia da vida moral em Durkheim compreende dentre outros aspectos o seguinte: (a) – a objetividade dos valores propriamente culturais não se reduz à sua mera coletividade ou recorrência em grande número; (b) – as principais obras de civilização como a religião, a moral, o direito, a arte são sistemas de valores culturais; (c) – a validade objetiva dos valores culturais consiste na sua referência ao nível de realidade mais profundo dos ideais.

A afirmação dos valores como sendo objetivos está em que as coisas e as pessoas às quais tais valores são atribuídos atendam à condição de serem coisas e pessoas que estão postas em contacto com os ideais por efeito do estado mental de afetividade coletiva (sentimento do desejável ou sensibilidade indefinida, incluindo as propensões, tendências, preferências, e todo o conjunto das orientações afeti-



vas do psiquismo, por diferença dos atos mentais como as intuições e os juízos).

Tal é o efeito (imãs da vontade) que qualifica propriamente a subjetividade coletiva como aspiração (aos valores), notando-se o aspecto de imãs da vontade que os valores assumem neste contacto com os ideais. Notando mais uma vez que os ideais tomados por si não são representações intelectuais abstratas, frias, mas como disse essencialmente motores³³.

► Durkheim alcançou as bases da sociologia da vida moral, sobretudo pelo aproveitamento original que tirou de sua reflexão junto com a filosofia de Kant, levando-o como se sabe a introduzir em diferença deste último que a ignorou, como já foi dito, a noção do **desejável** na análise dos valores.

Com efeito, é para a funcionalidade dos valores ideais, sua característica estritamente sociológica de instrumentos de comunhão social (no sentido acima definido) e princípios de incessante regeneração da vida nos ideais se afirmando indispensavelmente por meio da afetividade coletiva, que se refere a utilização do termo desejável na seguinte formulação durkheimiana: qualquer valor pressupõe a apreciação de um sujeito em referência de uma sensibilidade indefinida – é o desejável, qualquer desejo sendo um estado interior.

Definição descritiva esta que não só torna extensível a característica do desejável a qualquer valor para além dos valores ideais (qualquer valor tendo assim alguma participação nos ideais), mas, por esta via os engloba igualmente na noção de funcionalidade expressa na fórmula acima mencionada a respeito destes últimos ("qualquer valor pressupõe a apreciação de um sujeito em referência de uma sensibilidade indefinida"), fórmula esta pela qual *a sociologia*

³³ Cf. Gurvitch, G: "*A Vocação Actual da Sociologia – vol.II: antecedentes e perspectivas*", op.cit.



elimina radicalmente a pretensão de um absoluto eudemocrata por estranho à afetividade coletiva.

Como admitem seus continuadores, em sua aplicação exclusiva à sociologia da vida moral, a concepção de Durkheim deveria conduzir ao estudo empírico das correlações funcionais entre os valores morais e os conjuntos sociais.

Para esse desdobramento apontaria sua fórmula acima de que "qualquer valor pressupõe a apreciação de um sujeito em referência de uma sensibilidade indefinida", isto é, pressupõe a experiência com afetividade coletiva de uma busca suscitada pelo desejável. Além disso, o estudo empírico das correlações funcionais entre os valores morais e os conjuntos sociais se encontra favorecido notadamente em razão do seguinte: (1) – Durkheim chega a opor para fins de análise os valores ditos culturais a outros valores, insistindo ao mesmo tempo na variedade infinita e na particularização de todos os valores sem exceção; (2) – põe em relevo o papel que desempenham os valores na formação da própria realidade social.

Daí que, enfim, seus continuadores possam completar a concepção durkheimiana com a constatação das flutuações dos valores, os quais se juntam e se interpenetram depois de se terem diferenciados – a "conjunção dos valores" (termo atribuído a Célestin Bouglé, 1870 – 1940).

Sem embargo, será sua concepção metamoral tomando a consciência coletiva como identificada ao Bem supremo que explica (a) – por que Durkheim envolveu seu método em um círculo vicioso entre chegar ao fato moral por indução ou por dedução – sendo esta última na verdade que constitui o seu raciocínio conceitualista; e (b) – limitando-se dessa maneira ao raciocínio exclusivamente lógico, sua metamoral explica igualmente por que se manteve estranho ao reconhecimento da existência das experiências morais coletivas e dos métodos de análise que, mediante procedimentos dialéticos tais como a colocação em reciprocidade de perspectiva, reconduzem a estas experiências variadas e



só raramente imediatas (têm nos símbolos sociais os seus intermediários).

Experiência e Variabilidade em Sociologia da Vida Moral

► Admitindo a dimensão não imediata, mas mediata da experiência moral nota-se como disse a importância dos símbolos acentuando a flutuação da experiência moral em função dos quadros sociais.

O postulado básico da sociologia da vida moral é realizar obra científica na medida em que se afirma uma disciplina com orientação relativista³⁴ e empirista adotando como ponto de referência para o estudo dos fatos morais o conceito estritamente sociológico de *atitudes morais*, compreendendo as atitudes coletivas ou individuais penetradas pela experiência moral³⁵.

A utilização deste conceito de atitude é de alta valia, viabilizando, por sua vez, o acesso a toda a multiplicidade dos aspectos e variações da vida moral na medida mesma em que os integra nos quadros sociais a que pertencem.

Procedimento de integração este que é característico do estudo sociológico, já que, em acordo com Georges Gurvitch³⁶, não se pode dar primazia a um gênero de experiência

³⁴ Note-se que o relativismo sociológico não incorre na dispersão dos critérios, mas elabora uma orientação probabilística afirmando a variabilidade funcional, cuja complexidade, porém, decorre das funções dialéticas. Ver Gurvitch, Georges (1894-1965): "*Dialectique et Sociologie*", Flammarion, Paris 1962, 312 pp., Col. Science. Op.Cit.

³⁵ As unidades coletivas reais jamais se encontram em estado inerte e o "conceito" operativo mais elementar que dá conta dessa qualidade não-inerte é o de atitudes coletivas.

³⁶ Gurvitch, Georges (1894-1965): "*A Vocação Actual da Sociologia - vol. I: na senda da sociologia diferencial*", tradução da 4ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1979, 587 pp. (1ª edição em Francês: Paris,



moral como se esta fosse uma experiência integralmente imediata.

Quer dizer, em sociologia não tem base o propósito de definir a experiência moral seja como perpétua revolta, seja como indignação, seja como obrigação etc. porquanto, com atribuições destes gêneros ao conteúdo moral, se pretenda esgotar o campo da experiência moral.

Admitindo a dimensão não imediata, mas mediata dessa experiência, trata-se de aí pôr em relevo a importância dos símbolos, acentuando a variabilidade e mobilidade, a flutuação da experiência moral em função dos quadros sociais tais como sociedades globais, classes sociais, agrupamentos sociais particulares, formas ou manifestações de sociabilidade.

► Aliás, não só o nível simbólico deve ser posto em relevo, mas a variação mesma entre o caráter mais imediato – a apreensão direta do conteúdo moral – e o caráter mais mediato (apreensão realizada pela intermediação dos símbolos sociais) passa a constituir um aspecto da própria experiência moral.

Portanto, favorecido com a possibilidade de chegar à realidade da vida moral através da análise em profundidade do nível dos símbolos sociais, o ponto de vista probabilitário vem a ser afirmado e acolhido.

Delineia-se então, menos que uma definição filosófica, uma delimitação descritiva e ampla da experiência moral como variável funcional.

PUF, 1950). *"A Vocação Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas"*, tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957). *"Tratado de Sociologia - vol.1"*, revisão: Alberto Ferreira, Porto, Iniciativas Editoriais, 1964, 2ª edição corrigida (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957). *"Tratado de Sociologia - Vol.2"*, Revisão: Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto 1968, (1ª edição Em francês: PUF, Paris, 1960). Op.Cit.



Segundo Gurvitch, o termo apropriado para a definição descritiva pode ser tirado da linguagem corrente na vida social histórica onde a consciência da liberdade (prometeísmo³⁷) e a competitividade combinam, a saber: a noção de **luta**.

No sentido de uma teoria dinâmica a luta humana implica a história, mas não depende da história e constitui uma experiência que tanto é uma experiência vivida quanto o é experiência percebida nos quadros sociais.

Por efeito da reflexão coletiva a luta humana pode ser e efetivamente é simbolizada e conceituada. Aliás, simbolização e conceituação essas que evidentemente admitem graus em relação à sua apreensão intuitiva.

Portanto, esses graus de experiência moral devem ser bem acolhidos na fórmula da definição que lhe corresponde, haja vista a defasagem entre o apreendido e o conhecido que constitui fator de variabilidade nesse ramo especial que é a sociologia da vida moral.

A fórmula proposta por Gurvitch é a seguinte: “a experiência moral vivida, percebida e admitindo graus diversos de simbolização e conceituação é uma luta contra todos os obstáculos que se opõem ao esforço humano, quer coletivo quer individual, luta afirmada como manifestação digna de aprovação desinteressada”.

O objetivo do estudo sociológico é, pois, fazer a variabilidade sobressair na vida moral que, ademais de variar entre o imediato e o mediato, ocorre em numerosos sentidos, haja vista sua não-dependência da história.

³⁷ Percepção coletiva de que a ação concentrada pode mudar as estruturas, o prometeísmo é qualidade em todos os tipos de sociedades históricas e sua aplicação em sociologia é indispensável para descrever a realidade histórica como setor privilegiado da realidade social, e desta forma evitar qualquer confusão com a filosofia da história. Ver Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Dialectique et Sociologie*”, Flammarion, Paris 1962, 312 pp., Col. Science. Op.Cit.



A definição sociológica dos fatos morais

► Assim temos que a vida moral (a) – varia como experiência moral positiva e como negativa, incluindo a experiência dos preconceitos, das faltas, da maldade, da covardia, etc. como experiências negativas; (b) – varia com a variação das relações entre o que vale como Bem, o que se tem por objetivos, por fins, por modelos, regras, valores, ideais e suas representações intelectuais; (c) – varia com as variações das relações entre todos esses elementos e as condutas efetivas; (d) – varia com as variações das relações entre cálculos de valores e juízos de realidade relativos à resistência e à encarnação desses mesmos valores; (e) – varia com as variações das relações entre critérios morais e inclinações naturais (coletivas e individuais) – relações em que ambos os termos podem caminhar no mesmo sentido ou em sentido contrário (não há oposição necessária entre critérios morais e inclinações naturais); (f) – varia com as variações das relações de diferenciação e de conjunção da própria experiência moral com as outras obras de civilização, em particular com a religião, o direito, a arte e o conhecimento; (g) – varia com as variações das relações entre os diferentes gêneros da vida moral, suas acentuações, eficácia e importância.

A obtenção desses resultados compondo a variabilidade da experiência moral só é possível de alcançar mediante a aplicação do conceito sociológico de atitudes morais³⁸.

► Vale dizer: a definição sociológica dos fatos morais oferecida pelos continuadores de Durkheim, notadamente Ge-

³⁸ Vimos anteriormente que a noção de *Gestalt* se inscreve na concepção mesma e na descrição das **atitudes coletivas**, em especial nas atitudes morais sendo possível a partir daí definir os fatos morais descritivamente e sem tomar posição filosófica precisa nem identificar-se a uma doutrina particular – mas, bem entendido, sem prescindir da colaboração da reflexão e da análise filosófica ou não-representacional para definir a especificidade do fato moral.



orges Gurvitch, não só põe em foco como mencionado a experiência, mas também põe em relevo na vida moral como apego e sentimento de pertença aos grupos sociais tratar-se de um conteúdo objeto de aprovação ou desaprovação (passa como disse pelo nível simbólico), cujo caráter desinteressado é seu traço distintivo essencial.

Ao assinalar que se trata de uma teoria dinâmica que implica a história, mas não depende da história a questão da percepção adquire sem dúvida alta relevância. Daí o aproveitamento original que a sociologia tira da Gestaltheorie.

Com efeito, tomando em consideração que o processo perceptivo mais simples implica elementos estruturais fundamentais (Gestalten) que antecipam a capacidade do homem para isolar relações ou considerá-las em sentido abstrato, e tirando dessa proposição sumular da Gestalttheorie a noção de ambiências em configurações, Gurvitch definirá os fatos morais como atitudes coletivas e individuais (isto é, ambiências em configurações ou Gestalten coletivas), concebidas como aspectos da realidade social por serem inspiradas pela experiência de uma luta contra todos os obstáculos que se opõem ao esforço humano, luta reconhecida como manifestação digna de aprovação desinteressada. (desenvolvi este tópico em "*Cultura e Consciência Coletiva-2*", e-book pdf. 169 págs, Web da OEI 2009, ver págs. 77 segs. <http://www.oei.es/cienciayuniversidad/spip.php?article388>)

São as atitudes morais que integram os resultados da pesquisa sobre a variabilidade nos quadros sociais a que pertencem, e desta maneira permitem chegar à mencionada definição operativa dos fatos morais, como objetos do estudo sociológico relativista e empirista.

Nunca é demais insistir que, embora as atitudes e os fatos morais impliquem a tomada de consciência, o estudo sociológico efetua-se sem adotar uma doutrina filosófica da



consciência moral, nem atribuir aos fatos morais uma origem histórica 39.

Portanto, há uma análise prévia das atitudes como fatos sociais, isto é, como vias às quais penetrará a experiência moral. Esta as torna, então, ambiências sociais inspiradas justamente pela experiência de uma luta contra todos os obstáculos que se opõem ao esforço humano, luta digna de aprovação desinteressada, conforme a definição mencionada.

Créditos de Durkheim

► Nessa definição dos fatos morais se toma emprestado a Durkheim o seguinte: (a) – o papel indispensável da afetividade coletiva para a funcionalidade dos valores ideais (efetivando a atração do desejável) e (b) – a intuição de que a consciência é aberta às influências do ambiente – Durkheim concebe a consciência coletiva como intrinsecamente relacionada ao elemento flutuante, não estruturado, que designava "solidariedade de fato" (aí compreendendo as manifestações da sociabilidade).

Para seus continuadores, a insuficiência das orientações de Durkheim quanto ao problema da consciência coletiva (por ele equivocadamente identificada ao Bem supremo, como disse) que ele próprio introduziu na sociologia do Século XX está em sua falta de relativismo científico, ao ignorar que a importância dos níveis em profundidade da realidade social é variável segundo cada tipo de sociedade global, cada tipo de agrupamento social e segundo os diferentes Nós.

Compreendendo os conjuntos do psiquismo (vida mental consciente, subconsciente, infraconsciente e inconsciente) e da vida humana e social com sua realidade social e sua

³⁹ Sobre as relações entre o saber histórico e a sociologia ver a Nota 01 dentre as NOTAS COMPLEMENTARES no final deste artigo..



realidade histórica, a consciência coletiva deve ser estudada nos seguintes patamares assinalados por Gurvitch:

(a) – não só nas suas manifestações na base morfológica da sociedade que inclui as infra-estruturas, recursos, instrumentos (se estudam as amplitudes concretas, em que se imbricam os objetos de conhecimento do mundo exterior, já mencionadas);

(b) – nas condutas organizadas e regulares, nos modelos (cristalizados ou mais ligados ao espontaneísmo), signos, atitudes, funções sociais, símbolos, idéias, valores e ideais coletivos, obras de civilização (arte, religião, conhecimento, direito, moral, educação);

(c) – principalmente nas estruturas e nos fenômenos não-estruturais como as formas de sociabilidade (Massa, Comunidade, Comunhão);

(d) – igualmente em si própria, em suas manifestações concretas em os Nós, já que a consciência coletiva não se realiza inteiramente em qualquer desses elementos e pode extravasá-los em expressões imprevisíveis, inesperadas e até surpreendentes.

A realidade dos níveis culturais na vida coletiva - níveis simbólicos e significativos, as idéias, os valores e os ideais - põem em relevo que a consciência coletiva os apreende, portanto uma consciência situada no ser, intuitiva e capaz de se multiplicar em um mesmo quadro social.

Melhor ainda, em sua autonomia, o mundo cultural com seus valores que aspiram à validade só pode ser apreendido por via de consciência coletiva. Por sua vez, a apreensão por via de consciência coletiva é possível graças ao fato de que essa consciência é capaz de se abrir, ultrapassando as suas crenças e assimilando as novas influências do ambiente social, e como foi dito é capaz de se multiplicar no mesmo quadro social.

Enfim, da mesma maneira em que não há comunicação sem o psiquismo coletivo, decorre das pesquisas empíricas



que os símbolos sociais para servirem de base à comunicação universal devem ter para todas as consciências individuais o mesmo significado (cuja autonomia em relação aos significantes é constatada no fato de que as coisas mudam de significado) pressupondo em modo realista uma união, uma fusão parcial das consciências anterior a qualquer comunicação simbólica. Tal a efetividade irredutível da consciência coletiva.

Moralidade real

► Mas não é tudo. O aspecto do simbolismo tem um alcance específico na sociologia da vida moral. Bom durkheimiano, Gurvitch não deixa passar em silêncio a recomendação de seu mestre destacando a indispensabilidade do símbolo que possibilita a observação do fato moral: *“para poder estudar a realidade moral é indispensável determinar previamente em que consiste o fato moral, porque, para poder observá-lo, ainda precisamos saber o símbolo que o representa”* ⁴⁰.

Recomendação essa que Gurvitch levará em conta em sua definição do fato moral a partir da noção sociológica de atitudes coletivas, na qual definirá como disse a própria sociologia da vida moral.

Com efeito, será em razão do fato de que as atitudes morais constituem um setor da realidade social que no dizer de Gurvitch a explicação sociológica consiste no estabelecimento ou de correlações funcionais ou de regularidades tendenciais, assim como consiste em integração no conjunto do tipo social e às vezes na formulação de leis de probabilidade.

Em conseqüência, e na medida mesma em que são constatadas como um setor da realidade social, logo indispensáveis na formação das estruturas, pode-se admitir na análise da vida moral em um quadro social preciso que,

⁴⁰ Sentença atribuída a Durkheim in *“Philosophie et Sociologie”*, pág 49.



além da atitude moral favorecida, existem outras atitudes que não se manifestam.

Não reduzida ao simbolismo que a representa (incluindo neste o discurso e os demais símbolos sociais da sua luta), a moralidade real é observada na hierarquia variável dos seus gêneros e formas.

Cabe lembrar, para exemplificar, que a classe camponesa (*paysannerie*) favorece habitualmente uma atitude moral tradicionalista; que a classe burguesa favorece uma atitude moral finalista; as classes médias uma atitude moral baseando-se no dever; e a classe proletária, por sua vez, favorece uma atitude moral fundando-se na aspiração e na criação.

Todavia isto não significa que nessas classes deixem de haver outras atitudes morais que não se manifestam. Quer dizer, entre esses quadros sociais e as atitudes morais não existe qualquer relação de causa e efeito (se existisse tornaria ilusória toda a moralidade).

Com essas observações considerando as atitudes morais como um setor da realidade social (o que é válido também para o conhecimento) e afirmando uma orientação preliminar à sua definição de sociologia da vida moral, Gurvitch exclui que a explicação sociológica tenha alguma coisa a ver com o problema da justificação das atitudes morais: se as atitudes são ficções, projeções, epifenômenos – afirmações estas que dependem da filosofia.

Por contra, para a sociologia há uma competição entre diferentes gêneros de atitudes morais, bem como, no interior dos mesmos, há conflitos entre as diferentes formas da moralidade real.

Sistemas de moralidade

► Quer dizer, a moralidade real, não reduzida ao símbolo que a representa, é observada na hierarquia variável dos



seus gêneros e formas, isto é, nos sistemas de moralidade real ou sistemas das atitudes morais efetivas, que correspondem em particular aos tipos de estruturas globais (e muitas vezes aos tipos de estruturas parciais).

Daí, todos os tipos de estruturas sociais têm tendência a favorecer não um único gênero ou, no interior deste, uma só forma da vida moral, mas há toda uma hierarquia de gêneros e formas.

O sistema de moralidade desempenha um papel não só na estruturação das sociedades globais, mas também na estruturação dos agrupamentos sociais particulares (incluindo aí as classes sociais).

Em sua definição da sociologia da vida moral acima enunciada Gurvitch põe em relevo duas linhas de estudo complementares, acentuando as correlações funcionais e a pesquisa (a) – das variações das relações da moralidade com as outras regulamentações sociais, (b) – da justificação ideológica, (c) - da gênese da vida moral.

Desta maneira, antes de apresentar a fórmula de sua definição descritiva da sociologia da vida moral, serão distinguidos oito gêneros da vida moral real e seis dicotomias das formas da moralidade real.

Note-se que no termo gênero da vida moral real, as atitudes coletivas são abordadas como incluindo tudo o que implícita ou explicitamente elas contêm em conjunto, como Gestalt coletiva.

Aliás, ao classificar em maneira descritiva as atitudes coletivas segundo o conjunto de sua orientação para um ascendente moral exigindo um esforço digno de aprovação desinteressada Gurvitch é durkheimiano como foi dito por manter a característica do ascendente moral (afetividade coletiva) como critério fundamental do quadro social ⁴¹, mas

⁴¹ Em sociologia e em consonância com a não-redução da moralidade real ao símbolo que a representa, a noção de quadros sociais da vida moral compreende as atitudes (coletivas morais) em vias de se fazer, suportes intencionais ou não-



ultrapassa seu mestre ao afirmar a simples exigência de um esforço digno como princípio verificável e não a obrigação durkheimiana que lembra o subjetivismo exacerbado do imperativo kantiano.

A classificação dos oito gêneros da vida moral real diferenciando-se no conjunto da orientação das atitudes coletivas para um ascendente moral exigindo um esforço digno de aprovação desinteressada é então a seguinte:

- (1) – a moralidade tradicional;
- (2) – a moralidade finalista, em particular utilitária;
- (3) – a moralidade das virtudes;
- (4) – a moralidade dos juízos preestabelecidos;
- (5) – a moralidade imperativa;
- (6) – a moralidade das imagens simbólicas ideais;
- (7) – a moralidade de aspiração;
- (8) – a moralidade de ação e criação.

► Quanto ao termo de “formas da moralidade real”, o sociólogo designa as tonalidades das atitudes morais que intervêm no modo de apreender ou aplicar o ascendente moral, para o qual se orientam.

As seis dicotomias compondo essas formas variáveis da moralidade são as acentuações que manifestam as flutuações intensas dessas formas no seio de cada gênero da vida moral.

São as seguintes:

representativos verificados como tais em modo empírico: aspectos dos determinismos sociais das atitudes coletivas tomadas em conjunto como um nível de realidade social: "arranjos que levam a reagir, que levam as unidades coletivas reais (grupos e classes), os Nós no interior destas e as sociedades inteiras a reagirem de maneira comum, a conduzirem-se de certo modo e a assumirem papéis sociais particulares". Cf. Gurvitch, Georges (1894-1965): "*A Vocação Actual da Sociologia - vol. I: na senda da sociologia diferencial*", tradu o da 4^a edi o francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1979, 587 p gs. (1^a edi o em Franc s: Paris, PUF, 1950), pág.110 segs. op.cit.



(1) – a moralidade mística e a moralidade racional (sendo a moralidade religiosa e a laica suas manifestações secundárias);

(2) – a moralidade intuitiva e a moralidade reflexiva;

(3) – a moralidade rigorista e a moralidade dos dons naturais;

(4) – a moralidade que se amplia e a moralidade que se circunscreve;

(5) – a moralidade firmemente respeitada e a moralidade em declínio;

(6) – a moralidade coletiva e a moralidade individual.

Enfim, o termo sistema da vida moral é definido como designando as hierarquias particulares dos gêneros de vida moral e no interior destes as acentuações das formas da moralidade, correspondendo ambas aos tipos dos quadros sociais.

Neste ponto, podemos então observar duas linhas de estudo complementares na definição da sociologia da vida moral, seguintes:

Primeira linha: o estudo das correlações funcionais entre gênero, formas, sistemas de atitudes morais, por um lado, e por outro lado os tipos de quadros sociais, compreendendo as sociedades globais, as classes sociais, os agrupamentos sociais particulares, as manifestações de sociabilidade;

Segunda linha: a investigação (a) – das variações das relações da moralidade com as outras regulamentações sociais e obras de civilização; (b) – das formas de justificação ideológica por meio de doutrinas; (c) – finalmente, a investigação da gênese da vida moral e seus determinismos específicos.

Função da vida moral nas sociedades

► Em sociologia trata-se da vida moral efetiva, isto é, um controle ou regulamentação social sempre particular.



O estudo das correlações funcionais que se efetua inicialmente pelo cotejo dos gêneros e formas das atitudes morais com os tipos de quadros sociais exige a atenção do sociólogo para a questão prévia de saber quais dentre os gêneros e formas particulares podem ser referenciadas no tipo microssocial, no tipo grupal ou no tipo global que se estuda, haja vista em sociologia tratar-se da vida moral efetiva, isto é, de uma regulamentação ou controle social sempre particular e, portanto exigindo essa seleção e adequação prévias à descrição em que o gênero de vida moral se especifica em realidade.

Na seqüência dos procedimentos desse estudo das correlações funcionais Gurvitch distingue o seguinte: (a) – que seja constatada a ordem em que estão colocadas esses gêneros da vida moral referenciáveis, isto é, o sistema de vida moral que constituem entre si e, (b) – sendo possível verificar a correspondência de um sistema diferente para cada tipo de estrutura global ou parcial, (c) – será então estabelecida a correlação funcional entre esses sistemas e os tipos de estruturas – notando-se com ênfase que o estabelecimento dessa correlação funcional se alcança sem que surja o problema da causalidade.

Mas não é tudo. Essa possibilidade de estabelecer a explicação por correlações funcionais sem discutir o problema da causalidade merece destaque: é o procedimento privilegiado da sociologia da vida moral e se aplica igualmente para verificar a acentuação das formas da vida moral – sempre no interior dos gêneros morais – em função dos quadros sociais.

Gurvitch nos dá alguns exemplos a respeito disso. Lembra-nos as variações da moralidade imperativa que (a) – tanto pode tomar uma forma racional ou mística quanto uma forma intuitiva ou reflexiva; que (b) – pode ampliar-se ou circunscrever-se; (c) – pode ser aceite ou não – variações estas que são válidas igualmente para a moralidade tradicional, para a moralidade das imagens simbólicas ideais



(que é a moralidade propriamente ideológica) e ainda para a maior parte dos outros gêneros de atitudes morais.

Em face dessas constatações, Gurvitch nota a exigência para o sociólogo da vida moral que terá de novo que buscar as correlações funcionais dessas variações com os quadros sociais.

Porém, devemos dar muita ênfase a este outro domínio da sociologia da vida moral – já destacado na segunda linha de estudo acima discriminada – cuja análise não exige tampouco recurso direto à causalidade e que diz respeito à comparação da importância da função da vida moral, isto é, a análise da relação entre as atitudes morais e os outros gêneros de regulamentações sociais.

► Assim se constata que a função da vida moral é muito mais importante em certos tipos de sociedades ou de grupos do que em outros.

Vale dizer, enquanto nas cidades e impérios antigos a arte, o conhecimento e o direito predominavam sobre a vida moral, esta ocupava o primeiro lugar na sociedade patriarcal e o terceiro lugar na sociedade feudal, e se a vida moral conquistou certa supremacia na época das democracias liberais, foi relegada para último plano pelo capitalismo organizado.

Quanto à investigação das formas de justificação ideológica por meio de doutrinas, que constitui igualmente domínio da sociologia da vida moral, tem lugar uma disciplina específica que Gurvitch designará sociologia das doutrinas ou das filosofias morais.

Trata-se de examinar a hipótese de que algumas das filosofias morais possam revelar-se como formas dogmáticas (ou axiomáticas) de justificar e sublimar uma situação de fato encontrada no sistema das atitudes morais em vigor em certo tipo de estrutura social.



Nota-se, no entanto que essa linha de pesquisa não implica em tomar como impossível uma filosofia moral não dogmática e não ideológica.

Para Gurvitch, cabe aos filósofos encontrá-la sem esquecer a variabilidade dos sistemas da vida moral evidenciada pelos sociólogos.

Em sua análise, observando os casos privilegiados, nosso autor sugere que as seguintes doutrinas morais poderiam corresponder às atitudes morais existentes em certos tipos de estruturas globais: (a) – as doutrinas do bem supremo, do dever, das virtudes; (b) – as do rigorismo moral, a doutrina dos dons naturais, as doutrinas vitalistas, as racionalistas, as místicas, as sentimentais; (c) – as morais contemplativas e as morais de ação; (d) – as morais individualistas.

Quanto à última tarefa da sociologia da vida moral compreendida na definição-programa de Gurvitch, vimos destacar-se a linha de pesquisa em que a explicação causal poderia intervir.

Os determinismos da vida moral nas superestruturas

Trata-se da pesquisa genética da vida moral, que nosso autor distingue nas seguintes orientações: (1) – o estudo das origens religiosas, das origens mágicas, das origens jurídicas, das origens cognitivas da vida moral; (2) – o estabelecimento dos determinismos de transformação da vida moral nos diferentes tipos de agrupamentos, classes, sociedades globais; (3) – a pesquisa dos determinismos da ação desempenhada pela vida moral sobre os demais aspectos superestruturais de conjunto do todo social.

Nada obstante, Gurvitch entendeu que só o estudo das correlações funcionais entre os gêneros, formas e sistemas da vida moral e os quadros sociais de que fazem parte podia ser empreendido com resultados positivos e satisfatórios.



O desenvolvimento da sociologia da vida moral à época (anos de 1960) ainda era muito reduzido e a disciplina insuficientemente amadurecida para que todos os problemas enunciados fossem então abordados.

Por esta razão, encontramos em suas obras como vimos somente (a) – suas exposições tornando precisos inicialmente os gêneros e formas da vida moral mediante o procedimento metodológico de colocá-los de novo nos fenômenos sociais totais correspondentes; (b) – suas exposições estudando como pontos de referência as manifestações dos quadros microssociais, grupais e globais na vida moral; (c) – suas exposições sobre as correlações funcionais entre as estruturas sociais globais e os sistemas de moralidade real.

O estudo da vida moral da classe camponesa

► Mas não é tudo. No sentido da pesquisa dos determinismos da ação da vida moral sobre os outros aspectos superestruturais do fenômeno social cabe anotar para concluir, algumas observações sobre a forma de vida da classe camponesa (paysannerie).

Como assinalado acima, diferente da classe burguesa que favorece uma atitude moral finalista; das classes médias com sua atitude moral baseando-se no dever; e da classe proletária cuja atitude moral funda-se na aspiração e na criação, a classe camponesa favorece habitualmente uma atitude moral tradicionalista.

O alcance determinístico dessa moral tradicionalista campesina, portanto atualizada nas suas manifestações particulares, examina-se em correlação com uma tendência do psiquismo coletivo refratária à modernização e ao ethos da máquina e da racionalização capitalista, impondo-se o apego ao solo histórico antigo como elemento ancestral.



Neste sentido o que sobressai é a presença histórica da colossal insurgência campestre dos séculos XV e XVI estabelecendo o quadro autêntico da pesquisa sociológica dos determinismos da ação da vida moral da classe camponesa sobre os outros aspectos superestruturais. Podemos encontrar os elementos fundamentais dessa pesquisa em alguns trabalhos do célebre filósofo e sociólogo do século XX Ernst Bloch (1885-1977) 42.

O Psiquismo refratário à modernização

O problema crítico da cultura tradicional no caso alemão é saber a que se deve o arraigamento obstinado do campesinato germânico (cujo tempo social mostra-se bem retrasado em relação à paysannerie típica, de origem francesa), como espécie social com lastro na ambiência do gótico tardio legado dos séculos XV e XVI: uma ambiência bem reconhecida nas formas góticas dos mobiliários, solares e mansões rústicas.

Incluindo nesses objetos as imagens formadas de sonhos passados, o psiquismo refratário à modernização que Ernst Bloch ali descreve sob a noção de não-contemporaneidade liga-se à constatação de que as formas passadas ou pré-capitalistas jamais tornaram em fatos realizados os conteúdos visados do solar, do solo, dos "de baixo", de sorte que esses focos do tradicional na cultura já guardam desde o começo a qualidade de intenções insatisfeitas.

Notando que estas intenções insatisfeitas passam ao longo da história por contradições veladas serão as mesmas examinadas para além da psicologia representacional, como

⁴² Cf. Bloch, Ernst: *Thomas Münzer, Teólogo de la Revolución* ("Thomas Münzer als Theologe der Revolution", München 1921) Editorial Ciencia Nueva, Madrid, 1968. ; Cf. Bloch, Ernst: *Héritage de ce Temps* (Erbschaft dieser Zeit, Zürich, 1935), tradução de Jean Lacoste, Paris, Payot, 1978, 390 págs.



conteúdos intencionais não ainda trazidos à luz do passado na realidade histórica das superestruturas.

Em alternativa à análise weberiana de "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" 43 e situando-se não sob a mentalidade de acumulação capitalista, mas no horizonte da marcha do gótico tardio, com percepção da desagregação dos valores cavaleirescos feudais em detrimento da pessoa dos camponeses, Ernst Bloch encontrará em sua abordagem concreta uma profunda ambigüidade e certa complementaridade no processus de abertura do mundo moderno, acentuadas com a obra devastadora da revolução francesa ao fazer desmoronar por completo a superestrutura das relações econômicas solidárias do passado remoto (a superestrutura patriarcal correspondente ao antigo Sacro Império Romano Germânico).

Com essa ambigüidade e esse fragoroso desmoronamento aflorou na abertura do mundo moderno não só (a) – que a burguesia afirmou a vontade individual ao lograr um poder político e (b) – que esta mesma burguesia, em câmbio, permaneceu debilitada inclusive no aspecto de crença e reconhecimento público do seu modo de ser competitivo; mas também (c) – que, nas regiões do mais tenaz reduto do medievo como a Alemanha, esse Eu externamente liberado e a ascensão capitalista levaram não ao poder político, mas ao fracasso da vontade individual e à ausência de unidade econômica combinando-se à falta no país de maturidade política e à inexistência de uma entidade jurídica.

⁴³ Cf: Weber, Max (1864 –1920): *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme* (Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus, 1905), Paris, Librairie Plon, 1964, 341 pages. Collection Recherches en Sciences humaines: série jaune.



O determinismo da moral tradicionalista camponesa

Quando se estuda a luta dos camponeses germânicos contra a modernização capitalista sem reduzi-la ao simbolismo que a representa (no caso, sem reduzi-la aos discursos e simbolismos das suas crenças milenaristas, suas lendas imperiais, suas heresias cristãs, místicas astrológicas, comunismo, etc.) e se busca descrever o determinismo da ação dessa luta como forma de vida moral, descobre-se a ação tradicionalista camponesa produzindo a persistência da forma gótica.

Quando por sua vez alguém aprofunda em nível do psiquismo coletivo o estudo dessa luta dos camponeses e a examina como afirmação de um complexo apego ao solo histórico do gótico tardio (séculos XV e XVI), notará que a pesquisa dos determinismos da ação desempenhada pela vida moral sobre os outros aspectos superestruturais do fenômeno social passa pela descrição da eficácia dos sonhos passados em nível das superestruturas tal como a sugestão de Ernst Bloch.

Assinalando o rastro das "imagens-aspiração" pelas quais adquirem significação humana os objetos do complexo apego e arraigamento camponês, esse autor descobre aquelas imagens-aspiração no substrato mesmo dos objetos do mundo exterior (na forma gótica das mansões, dos móveis e demais objetos e utensílios dos costumes), portanto como princípio de função utópica, qualificando-as por essa razão como "atividade onírica in-dormida".

Todavia, não se pensa que os conhecimentos sociológicos de infra-estrutura restam desatendidos na abordagem pelo psiquismo coletivo das "imagens-aspiração" do gótico tardio.

A análise do camponês germânico tem conta daqueles bem conhecidos aspectos sociológicos relevantes da sobrevivência do modo de produção pré-capitalista, tais como: ser



a "paysannerie" uma classe possuidora dos próprios meios de produção; utilizar ela as máquinas agrícolas, porém fazendo-o no quadro antigo extensivo à herdade, ao solar e à terra de semeadura ao seu redor; o desconhecimento em tal ambiência tradicional da figura do fabricante capaz de introduzir o ofício de tecer mecânico e as atividades manufatureiras correspondentes; neutralização das oposições econômicas entre explorados e exploradores devido ao desempenho do papel de patriarca ativo pelo paysan rico apesar das diferentes relações de propriedade, etc.

Se estes aspectos têm validade para acentuar ou reforçar a tendência refratária à modernização não definem por si sós o conteúdo não-contemporâneo autêntico do campesinato germânico, nem explicam completamente o sentimento dos camponeses alemães em representarem um estamento em permanência relativamente unido.

Em suma, o arraigamento obstinado que levou o campesinato germânico à insurgência colossal dos séculos XV e XVI ultrapassa os aspectos sociológicos relevantes da sobrevivência do modo de produção pré-capitalista e deve ser compreendido a luz do determinismo da vida moral, como se afirmando no exterior da propriedade dos meios de produção pré-capitalistas e como originado da própria matéria que os camponeses trabalham; a matéria que os entretém e os alimenta em modo imediato.

No dizer de Ernst Bloch, tal arraigamento deve ser compreendido como parte do seu próprio corpo, a saber: os camponeses das regiões mais vinculadas ao medievo são colados no solo histórico antigo e no ciclo das estações.

Tal o conteúdo autenticamente não-contemporâneo da tendência refratária à modernização na classe camponesa germânica, que servirá inclusive como referência para explicar a persistência da forma gótica.

Ademais de uma mentalidade cheia de uma velha desconfiança afirmada no idiotismo, no embotamento, na tradição do costumeiro e da fé; assinalam o senso de ser ligado



no solo histórico, o ser ligado na herdade e no solar rústico que, acrescido do individualismo do "campesino" germânico, mostram a persistência da forma gótica nas mansões, nos móveis e nos costumes como realidade da cultura histórica na abertura para o mundo moderno ⁴⁴.

Notas Complementares

(Nota 01)

O estudo sociológico efetua-se sem adotar uma doutrina filosófica da consciência moral, nem atribuir aos fatos morais uma origem histórica.

A grande tentação que espreita a ciência da história é a "predição do passado", a qual se converte comumente em projeção dessa predição no futuro.

Linhas para uma Sociologia do Saber Histórico

► Para apreciar a diferença entre tempo sociológico e tempo histórico é preciso distinguir a realidade estudada, o método aplicado a esse estudo e o objeto que resulta da conjugação de realidade e método.

O caráter histórico de uma realidade social é múltiplo, havendo graus de percepção de que a ação humana concentrada pode mudar as estruturas e permitir revoltas contra a tradição (graus de prometeísmo).

Expresso na historiografia o saber histórico se concentra exclusivamente sobre a realidade histórica, acentu-

⁴⁴ Cf. Bloch, Ernst: *Héritage de ce Temps* (Erbschaft dieser Zeit, Zürich, 1935), op.cit. Ver: Lumier, Jacob (J.): "*O Tradicional na Modernização: Leituras sobre Ernst Bloch*", Internet, E-book pdf 130 págs., 2009, Web da OEI, <http://www.oei.es/cienciayuniversidad/spip.php?article277>.



ando muito o primado das sociedades globais como sujeitos “fazendo história”.

Por sua vez, a sociologia salienta “o complexo jogo” entre as escalas do social que se pressupõem uma a outra, quer dizer: procura confrontar a realidade histórica com “os planos sociais não-históricos ou pouco históricos”, como o são os elementos microsociais e grupais, respectivamente.

Sobressai que as manifestações prometeicas da realidade social são as que menos se prestam à unificação, registrando-se aqui um segundo foco de tensão com os historiadores, já que estes tendem para uma unificação muito intensa da realidade social, enquanto o sociólogo reconhece a resistência da realidade histórica à unificação, facilmente verificada no conflito de versões. Por isso o sociólogo busca acentuar a diferenciação e a diversificação, que considera muito ativada pelos planos sociais em competição.

O caráter muito mais continuísta do método histórico se observa na medida em que a história, como ciência, “é conduzida a vedar as rupturas, a lançar pontes entre diversas estruturas”, o que é uma manifestação do pensamento ideológico (Ver, Gurvitch, Georges: “A Vocação Atual da Sociologia, vol.II”).

► Ø Portanto, será mediante a crítica do continuísmo do método histórico que se apontam algumas direções para uma sociologia do saber histórico.

O historiador busca “a luz unitária” que é do saber histórico, mas que não se encontra na realidade histórica.

O saber histórico se beneficia do tempo já decorrido, mas reconstruído e tornado presente, de tal sorte que a explicação pela causalidade histórica singular intensifica a singularidade, estreitando as relações entre causa e efeito, tornando-as mais contínuas e por isso mais certas.



Daí a razão da crença exagerada na força do determinismo histórico.

Por contra, observando a realidade histórica, Gurvitch assinala que a multiplicidade dos tempos especificamente sociais é aqui acentuada por suas ligações com o prometeísmo.

Quer dizer, a realidade histórica dá privilégio ao tempo descompassado, ao tempo avançado sobre si mesmo, ao tempo de criação, seriamente limitados, todavia, pelo tempo de longa duração e o tempo em retardamento.

No saber histórico, por sua vez, esses tempos históricos reais são reconstruídos segundo o pensamento ideológico do historiador, “quem é tentado a escolher alguns desses tempos em detrimento dos outros”.

É por meio do saber histórico que as sociedades são arrastadas a reescrever sem cessar sua história, “sempre tornando o tempo passado simultaneamente presente e ideológico” (ibid. ibidem).

Os tempos decorridos e restaurados pela história assim o são segundo “os critérios das sociedades, das classes ou dos grupos que são contemporâneos aos historiadores”.

A multiplicidade dos tempos que enfrenta o historiador, assim como sua “unificação exagerada”, não é tanto a da realidade histórica, mas a de “reconstruções variadas”.

Então, essa segunda multiplicidade e essa segunda unificação reduzem-se a interpretações múltiplas da continuidade dos tempos.

Pertencendo a diferentes sociedades, classes ou grupos, os historiadores não conseguem ressuscitar os tempos escoados senão à custa da projeção do seu presente no passado que eles estudam.

► Ø Notam-se duas inferências:



(a) - Que os historiadores não podem atingir essa projeção do seu presente no passado que estudam sem supor uma continuidade e uma unidade entre as diferentes escalas de tempos próprios às diversas sociedades;

Decorrendo daí (b) - que a grande tentação que espreita a ciência da história é a “predição do passado”, a qual se verte comumente em projeção dessa predição no futuro.

Quanto aos tempos sociais propriamente ditos, se encontram e se debatem nas diferentes camadas ou níveis em profundidade da realidade social estudada em sociologia e nas oposições entre os elementos não-estruturais, estruturáveis e estruturados.

O tempo social é caracterizado pelo máximo de significações humanas que nele se enxertam e pela sua extrema complexidade, levando à variabilidade particularmente intensa da hierarquia de tempos sociais.

Há uma dialética levando ao esclarecimento do conceito de tempo e outra dialética levando ao esclarecimento do conceito de social:

A primeira é a dialética entre sucessão e duração, continuidade e descontinuidade, instante e homogeneidade (a multiplicidade dos tempos, a escala dos determinismos e as realidades por eles regidas estão na mesma situação de intermediários entre os contrários complementares);

A segunda é a dialética tridimensional, a dialética entre o microssocial, o grupal e o global, constituindo a dinâmica do fenômeno do todo social (fenômeno social total).

No esforço das sociedades históricas para unificar os tempos sociais, a direção do tempo pode conduzir aos graus mais intensos da liberdade humana, que então comanda os determinismos sociológicos caso aquele esforço seja favorável à predominância (a) - do tempo em avanço sobre si mesmo, onde o futuro se torna presente; ou (b) - do tempo explosivo dissolvendo o presente na criação do futuro imediatamente transcendido (cf. “Determinismos Sociais e



Liberdade Humana”; ver também “A Vocação Atual da Sociologia”, vol.II, já citada).

Será a utiliza o dessa conceitua o sociológica pr -via dos tempos sociais pela análise que por  em relevo a realidade dos tempos, as maneiras de tomar consciência dessa realidade dos tempos e os esforços empregados nos quadros sociais estruturados a fim de dispor esses tempos numa escala hierarquizada e assim os dirigir.

O Autor



Jacob (J.) Lumier

Ensaista incorrigível ao modo do ideal experimental com que se diferencia o homem de idéia, J.J. Lumier   um autor com experiência internacional, mas sem *parti pris*, cuja satisfa o   a descoberta dos conteúdos intelectuais pela leitura e na leitura. Há quem veja nisso uma atitude obsessiva em inten o de outro e dos pósteros. Melhor para seus leitores, que sempre podem se reconhecer contemplados em seus textos.

Portanto, não terá sido   toa haver intitulado sua Web “Leituras do Século XX” ludibriando os que houveram imaginado nesta fórmula a colora o gris de um Outono nostálgico. Longe disso. Longe a cogita o de um eterno Século XX que se impostaria no título   pegada do termo “Leituras”. Pelo contrário. São as leituras literárias que imperam;   o trabalho da obra intelectual emergindo em atualiza es recorrentes e sucessivas no ato de ler e escrever que preva-



lece. E ninguém pode negar o ápice literário e científico da produção intelectual do Século XX.

Os ensaios sociológicos e as publicações desenvolvidos a partir da sua Home Page [PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX – PLSV](#), da qual é único titular o Prof. Homero Marques da Luz Júnior, buscam contribuir e avançar na reflexão de uma situação de fatos com grande impacto, em que, sob a influência do impressionante desenvolvimento das técnicas de comunicação, passamos num abrir e fechar de olhos pelos diferentes tempos e escalas de tempos inerentes às civilizações, nações, tipos de sociedades e grupos variados.

No dizer de Georges Gurvitch, a unidade do tempo revelou-se ser uma miragem, como nos mostraram, simultaneamente, a filosofia (Bergson) e a ciência (Einstein). Tornou-se claro que a unificação dos tempos divergentes em conjuntos de tempos hierarquizados, sem o que é impossível nossa vida pessoal e a vida das sociedades, não é uma unidade que nos seja dada, mas uma “unificação a adquirir pelo esforço humano, onde entra a luta para dominar o tempo, dirigi-lo em certa forma”. Tal o problema da orientação no mundo, que penetra as expectativas e a sociologia do conhecimento investiga.

Em face dessa compreensão, se nos mantivermos em atenção, cultivando a mirada aberta à influência da expressão positiva e dos conteúdos intelectuais, iremos com certeza desfrutar da reflexão nas leituras de Jacob (J.) Lumier, e nelas reencontraremos a coerência dos problemas sociológicos e a visão em profundidade da realidade social.

Enfim, nos e-books monográficos e artigos sociológicos de Jacob (J.) Lumier são reafirmados e desenvolvidos os postulados realistas básicos de que: (a) nenhuma comunicação pode ter lugar sem o psiquismo coletivo; (b) todo o conhecimento é comunicável mediante os mais diversos símbolos sociais; (c) a língua não é senão um meio para reforçar a interpenetração e a participação em um todo.



Se fosse perguntado, o leitor atento diria que juntamente com a noção de mediação dialética, a palavra chave dos ensaios de Jacob (J.) Lumier é “Gestalt”, uma das noções fundamentais em ciências humanas e sociais.

Neste sentido, os escritos sociológicos de Jacob (J.) Lumier são de interesse básico e prestantes à formação universitária.

Jacob (J.) Lumier valoriza a Carta de Princípios do Forum Social Mundial –WSF e atualmente está no [OpenFSM](#).

Perfil do Autor

Professor do ensino superior, o autor é Titulaire d'une licence de l'Université de Paris VIII – Vincennes, section Philosophie. Durante o prolongamento dos anos sessenta frequentou a antiga EPHE-VI^{ème} Section (Sorbonne). É sociólogo profissional e exerceu a docência, lecionando Sociologia e Metodologia Científica junto à universidade privada e junto à universidade pública. Exerceu também as atividades de pesquisador com o amparo de fundação científica.

Jacob (J.) Lumier tem trabalhos publicados junto à Web Domínio Público do Portal MEC.BR e junto à Web da OEI (Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura).

